



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE -
PRODEMA

MAYSA SABINO DA SILVA

**RACISMO AMBIENTAL URBANO: IMPACTOS DA VULNERABILIDADE
SOCIOECONÔMICA NAS OCUPAÇÕES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
SEM TETO**

Recife
2024

MAYSA SABINO DA SILVA

**RACISMO AMBIENTAL URBANO: IMPACTOS DA VULNERABILIDADE
SOCIOECONÔMICA NAS OCUPAÇÕES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
SEM TETO**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de concentração: Gestão e Políticas Ambientais.

Orientador: Leonio José Alves da Silva

Recife

2024

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S586r Silva, Maysa Sabino da.
Racismo ambiental urbano : impactos da vulnerabilidade socioeconômica nas ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto / Maysa Sabino da Silva. – 2024.
98 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientador : Leonio José Alves da Silva.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2024.

Inclui referências e apêndices.

1. Meio ambiente. 2. Ocupações. 3. Racismo ambiental urbano. 4. Vulnerabilidade social. 5. Moradia. I. Silva, Leonio José Alves da (Orientador). II. Título.

363.7 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2024-055)

MAYSA SABINO DA SILVA

**RACISMO AMBIENTAL URBANO: IMPACTOS DA VULNERABILIDADE
SOCIOECONÔMICA NAS OCUPAÇÕES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
SEM TETO**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de concentração: Gestão e Políticas Ambientais.

Aprovado em: 23/02/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.a Dr.a Virgínia de Carvalho Leal (Examinadora Interna)- UFPE

Prof. Dr. Afonso Feitosa Reis Neto (Examinador Externo)- IFPI

Prof. Dr. Anselmo Cesar Vasconcelos Bezerra (Examinador Externo)- IFPE

AGRADECIMENTOS

A Deus, que é a inteligência suprema e causa primária de todas as coisas. Que me ajudou a superar os obstáculos, me dando forças para construir essa dissertação de mestrado que tanto me ajudou a evoluir.

Aos meus pais, Josilene de Araújo e Arinaldo Silva.

Ao meu irmão, José Marlon.

Ao meu esposo, Thiago Henrique, por seus incentivos, orientação, paciência, confiança e, sobretudo, seu amor.

Ao meu orientador, professor Leonio José, pela leveza e comunhão de pensamentos que fizeram com que olhássemos juntos na mesma direção. As suas orientações, críticas construtivas, apoio em coleta de dados, atenção, bom humor, as discussões e reflexões foram fundamentais para minha caminhada... Eternamente grata.

A professora Virgínia Leal pela acolhida e sugestões.

A Thayrine Farias, pelo incentivo e pelas orientações matemáticas.

Aos meus amigos da graduação, Zulayne Ketily, Maria Luiza, Natallia Vivian, Ana Célia, Ana Beatriz, Andreanny Gonçalves, Alexandre Farias e João Luiz (*in memoriam*). Pelo incentivo, pela cumplicidade e pelos momentos vividos ao longo desses anos.

A Isis Thayzi, coordenadora estadual do MTST.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras que lutam por moradia digna e justiça no Brasil.

Ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pelo arcabouço teórico, suporte técnico e oportunidade de fazer parte deste programa.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa que me permitiu uma formação acadêmica de qualidade.

RESUMO

As ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) desempenham um papel significativo na sociedade brasileira ao abordar questões cruciais relacionadas à moradia digna e à justiça social. O presente trabalho tem como objetivo geral avaliar o racismo ambiental urbano e os impactos da vulnerabilidade socioeconômica das Ocupações do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) no Município do Recife, localizado no estado de Pernambuco. Utilizou-se a metodologia qualitativa, descritiva, empregando entrevistas semiestruturadas e observação direta. A pesquisa de campo ocorreu entre outubro de 2022 e abril de 2023. Durante esse período, foram examinadas três ocupações originadas pelo movimento. A metodologia contemplada envolveu as seguintes etapas: levantamento bibliográfico, caracterização da área de estudo, interpretação de dados cartográficos, registro fotográfico, gravações de áudio e uso do receptor GPS para coleta da coordenada geográfica de cada ocupação. Foram aplicados 251 questionários com representantes de grupos familiares pertencentes ao movimento dos trabalhadores sem teto do município do Recife. Os resultados obtidos indicaram que parte significativa das pessoas que vivem nesse ambiente é vítima do racismo ambiental urbano. Esses trabalhadores, que vivem na informalidade apresentam elevados índices de vulnerabilidade social e econômica, revelando que esses assentamentos possuem uma vulnerabilidade global muito alta. Os principais aspectos são: assentamentos urbanos em áreas de risco, privação de direitos fundamentais, poluição atmosférica, geração de efluentes, falta de higiene adequada, insalubridade, exposição a riscos físicos, geração de resíduos sólidos, baixa renda e escolaridade dos trabalhadores. A omissão do Estado na fiscalização e regulamentação de políticas públicas habitacionais deixa esses trabalhadores vulneráveis e em situação risco, por isso, não conseguem romper com o meio em que estão inseridos, pois já nasceram dentro de uma exclusão social imperativa do modelo capitalista da concentração de renda. Dessa forma, o movimento social urbano é a fonte de esperança para a mobilização popular e o esforço coletivo para enfrentar desafios socioeconômicos críticos.

Palavras-chave: ocupações; racismo ambiental urbano; vulnerabilidade social; moradia.

ABSTRACT

The occupations carried out by the Homeless Workers' Movement (MTST) play a significant role in Brazilian society by addressing crucial issues related to adequate housing and social justice. This study aims to evaluate urban environmental racism and the impacts of socio-economic vulnerability in the Occupations of the Homeless Workers' Movement (MTST) in the Municipality of Recife, located in the state of Pernambuco. Three occupations founded by the movement that were operational during the research period, which took place between October 2022 and April 2023, were investigated. The methodology included the following steps: literature review, characterization of the study area, interpretation of cartographic data, photographic documentation, audio recordings, and the use of a GPS receiver to collect the geographic coordinates of each occupation. A total of 251 questionnaires were administered to the members of the Homeless Workers' Movement in the Municipality of Recife. The results obtained indicated that a significant portion of the people living in these environments are victims of urban environmental racism. These informal workers exhibit high levels of social and economic vulnerability, revealing that these settlements have very high overall vulnerability. The main impacts include urban settlements in high-risk areas, deprivation of fundamental rights, air pollution, effluent generation, lack of hygiene, unsanitary conditions, exposure to physical risks, solid waste generation, and low income and education levels among the workers. The omission of the state in supervising and regulating effective public policies leaves these workers vulnerable and at risk, preventing them from breaking free from the environment in which they are placed, as they are born into a compulsory social exclusion imposed by the capitalist model of income concentration. Therefore, the urban social movement is a source of hope for popular mobilization and collective efforts to address critical socio-economic challenges.

Keywords: occupations; urban environmental racism; social vulnerability; housing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Limites do Município do Recife	32
Figura 2- Localização das ocupações pesquisadas no Município do Recife	34
Figura 3- Localização da ocupação Carolina de Jesus	34
Figura 4- Localização da ocupação Cozinha Solidária	35
Figura 5- Localização da ocupação 08 de Março	35
Figura 6 - Cor da pele	45
Figura 7- Grau de escolaridade	46
Figura 8- Tipo de moradia	47
Figura 9- Número de cômodos	48
Figura 10- Fonte de água	48
Figura 11-Captação de água da chuva	49
Figura 12-Forma de Organização do Movimento	51
Figura 13- Horta da Ocupação Carolina de Jesus	53
Figura 14- Parte interna da Creche da Ocupação Carolina de Jesus	53
Figura 15- Espaço de lazer infantil da Ocupação Carolina de Jesus	53
Figura 16- Início da Ocupação Carolina de Jesus	54
Figura 17- Esgoto correndo livremente na Ocupação	55
Figura 18- Estado de conservação de madeiras dos barracos	56
Figura 19- Lama e cascalhos das vias de circulação entre barracos	56
Figura 20- Cozinha Solidária	57
Figura 21- Espaço de preparo dos alimentos	58
Figura 22-Portão de entrada da Ocupação 08 de Março do MTST/PE	59
Figura 23- Organização dos barracos	60
Figura 24-Valetas entupidas	60
Figura 25- Banheiro coletivo(externamente)	61
Figura 26-Espaço educativo (externamente)	62

Figura 27-Espaço educativo (Internamente)	62
Figura 28-Espaço educativo (Internamente)	62
Figura 29-Notícia da mídia local sobre hortas urbanas	63
Figura 30 -Gênero	64
Figura 31 -Faixa Etária	65
Figura 32- Estado civil	66
Figura 33-Filhos	66
Figura 34-Mudar de Residência	67
Figura 35-Tipo de Teto	68
Figura 36-Tipo Chão	68
Figura 37-Tipo de Coleta	69
Figura 38-Fonte de Energia	69
Figura 39:Tipo de fogão	70
Figura 40:Telefone móvel/fixo	70
Figura 41:Renda mensal	72
Figura 42:Auxílio Governamental	73
Figura 43:Vontade de ser empreendedor	73
Figura 44:Fator vulnerabilidade social	74
Figura 45:Fator vulnerabilidade econômica	74
Figura 46:Fator vulnerabilidade Global	75
Figura 47:Cultivo agrícola	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:Apresentação dos valores de “X” para o fator vulnerabilidade social	40
Quadro 2:Apresentação dos valores de “X” para o fator vulnerabilidade econômica	41
Quadro 3:Valores de X para a construção da análise das vulnerabilidades	42
Quadro 4:Valores de X para a construção da análise da vulnerabilidade global	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Localização das ocupações de entrada MTST no Recife	34
Tabela 2- Classes de vulnerabilidade.	43
Tabela 3 - Aspectos econômicos das ocupações MTST no Recife	71

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	13
2	INTRODUÇÃO.....	15
3	OBJETIVOS.....	18
3.1	OBJETIVO GERAL.....	18
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	18
4	CENÁRIO SOCIOECONÔMICO DAS OCUPAÇÕES MTST.....	19
4.1	OCUPAÇÕES DO MTST/PE NO ESPAÇO GEOGRÁFICO.....	19
4.2	DÉFICIT HABITACIONAL BRASILEIRO.....	20
4.3	CARACTERIZAÇÃO DA LUTA POR MORADIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO.....	22
4.3.1	Movimentos sociais urbanos: unidades de fortalecimento da luta por justiça ambiental e contra o racismo ambiental urbano.....	25
4.3.2	Divisão do trabalho e estruturação das ocupações MTST no Recife/PE	28
4.4	VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA DAS OCUPAÇÕES DO MTST/PE	29
5	MATERIAL E MÉTODOS.....	32
5.1	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	32
5.2	METODOLOGIA.....	36
5.2.1	Levantamento de dados.....	37
5.2.2	Questionário socioeconômico.....	38
5.2.3	Classificação das ocupações e situação.....	38
5.3	AVALIAÇÃO DA VULNERABILIDADE DAS OCUPAÇÕES.....	39
5.3.1	Códigos e critérios de estratificação.....	39
5.3.2	Apresentação de dados e valores máximos, mínimos e totais.....	40
5.3.3	Relação entre os valores das vulnerabilidades.....	42
5.3.4	Magnitude da vulnerabilidade.....	42
5.4	PARÂMETRO DE DETERMINAÇÃO DOS FATORES DE VULNERABILIDADE	43
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	45
6.1	IDENTIFICAÇÃO DO RACISMO AMBIENTAL URBANO.....	45
6.2	ESTRUTURA FUNCIONAL DAS OCUPAÇÕES MTST/PE.....	49
6.2.1	Espaço físico da ocupação Carolina de Jesus.....	52

6.2.2	Espaço físico da ocupação Cozinha Solidária.....	57
6.2.3	Espaço físico da ocupação 08 de Março.....	58
6.2.4	Ressignificações do espaço urbano.....	63
6.3	AVALIAÇÃO DAS VULNERABILIDADES SOCIAL E ECONÔMICA DOS TRABALHADORES.....	64
6.3.1	Vulnerabilidade social.....	64
6.3.2	Vulnerabilidade econômica.....	71
6.3.3	Avaliação das vulnerabilidades.....	73
6.4	ANÁLISE DA DINÂMICA ESPACIAL DAS OCUPAÇÕES.....	75
6.5	SITUAÇÃO SOCIOESPACIAL NA PERSPECTIVA DOS URBANISTAS.....	77
6.6	ALTERNATIVAS PARA MELHORIAS NA LUTA POR MORADIA E COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL NAS OCUPAÇÕES MTST.....	79
6.6.1	Fortalecimento da sociedade civil.....	79
6.6.2	Educação popular e ambiental nas ocupações.....	80
6.6.3	Papel do estado em relação à moradia.....	83
7	CONCLUSÕES.....	85
	REFERÊNCIAS.....	87
	APÊNDICE A - Entrevista semiestruturada aplicada aos ocupantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Recife.....	93
	APÊNDICE B - Tabulação de dados e valores máximos, mínimos e valor significativo encontrado.....	96

1 APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa foi elaborada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e tem como meta o estudo dos problemas relacionados ao racismo ambiental urbano e os impactos em decorrência da vulnerabilidade socioeconômica das pessoas que compõem as ocupações do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) no município do Recife do Estado de Pernambuco, reportando-se em uma visão holística que norteia a interação dos diferentes conhecimentos e saberes científicos e populares. O que incitou a realização desta pesquisa foi a experiência vivida no ano de 2017, no exercício da função voluntária da brigada de educação do (MTST). Neste período, atuando na creche Marielle Franco da ocupação Carolina de Jesus, município do Recife, Estado de Pernambuco, tive a oportunidade de conhecer a realidade de quem luta por moradia digna neste País.

Durante esse período, foram observadas dois tipos de ocupações do MTST no município: as ocupações de entrada, fundadas pelo movimento desde sua origem e as ocupações acompanhadas, que não tinham participação do MTST na sua origem, mas que no decorrer da sua trajetória buscou apoio do movimento. Na fase de coleta de dados desta pesquisa, existiam seis ocupações no município do Recife, sendo três ocupações de entrada: i) Carolina de Jesus, bairro da Mangueira; ii) Cozinha Solidária, bairro da Torre; iii) 8 de Março, bairro de Boa Viagem. E três ocupações acompanhadas pelo movimento: iv) Pocotó, bairro de Boa Viagem; v) Fazendinha, bairro de Boa Viagem; vi) sítio dos pescadores, bairro de Boa Viagem.

Assim, percebeu-se que a grande quantidade de pessoas envolvidas nas ocupações do MTST, vivem em moradias precárias, são acompanhadas pela ausência de infraestrutura e omissão do Estado. Soma-se a isso o fato que, majoritariamente, os trabalhadores sem teto são pessoas que se autodeclaram pretas e exercem suas atividades laborais na informalidade, sem renda fixa, extenuante que reforça sua vulnerabilidade socioeconômica. As péssimas condições de funcionamento dos barracos, exposição às altas temperaturas, a ruídos, baixa escolaridade, dentre outros fatores, possibilitam riscos para os trabalhadores. Em virtude dessa inquietação, verificou-se a necessidade do desenvolvimento desta dissertação, a qual está descrita através de sete capítulos, de forma a tornar mais objetiva a compreensão do

amplo espectro de considerações e dos objetivos específicos de cada etapa da formulação deste trabalho. A descrição dos capítulos segue a seguinte ordem, a saber:

O capítulo 1, 2 e 3 expõem a parte introdutória, apresentando a problemática em relação ao tema, com repercussões em nível mundial, como também no Brasil, e na área objeto de estudo, assim como os objetivos.

O capítulo 4 aborda a revisão bibliográfica, enfocando os principais assuntos abordados no trabalho, como: ocupações do MTST/PE no espaço geográfico; concepções de território; déficit habitacional brasileiro; caracterização da luta por moradia do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto; movimentos sociais urbanos; unidades de fortalecimento da luta pela justiça ambiental e contra o racismo ambiental urbano; divisão do trabalho e estruturação das ocupações MTST no Recife/PE; vulnerabilidade socioeconômica das ocupações do MTST/PE.

O capítulo 5 retrata os materiais e métodos, exibindo a caracterização da área estudada, o processo do levantamento de dados por meio de entrevista semiestruturada e todos os procedimentos metodológicos adotados para a execução do trabalho.

O capítulo 6 apresenta os resultados e discussões relacionados à identificação do racismo ambiental urbano, condições de moradia, espaço físico, divisão das tarefas, função social das ocupações MTST/PE,, avaliação das vulnerabilidades socioeconômicas das ocupações de entrada do Movimento dos trabalhadores sem Teto no município do Recife .

No capítulo 7, apresentam-se as conclusões da pesquisa, e todas as referências bibliográficas, incluindo sites e relatórios consultados para a concretização do trabalho.

Vale ressaltar que a realização desse trabalho agregou-me a oportunidade de mergulhar um pouco mais na realidade desses indivíduos. Conhecer, conversar com quem luta diariamente por justiça ensina-nos a reavaliar valores morais e enxergar o meio com um novo olhar.

2 INTRODUÇÃO

A moradia é uma necessidade básica de todos os indivíduos e um direito de todo cidadão brasileiro. Sua compreensão é relevante dentro da perspectiva social e do planejamento urbano. Apesar disso, para algumas pessoas a moradia digna ainda é algo inacessível. Os frutos do sistema socioeconômico vigente fazem com que as relações de mercado se sobressaiam em detrimento dos valores humanos, tendo em vista que frequentemente o orçamento financeiro é priorizado em relação a emancipação dos direitos e a busca pela dignidade humana (Silva; Neves; Neves, 2020). Fato que reflete os elevados índices de déficit habitacional no Brasil.

O déficit habitacional é um problema histórico no território brasileiro. A lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, foi o dispositivo legal que, pela primeira vez, buscou regulamentar a questão fundiária no Império do Brasil. No entanto, sua origem foi excludente, e mantenedora das desigualdades raciais, pois, dentre inúmeros critérios, constava que a terra deveria ser obtida por meio da compra. Dessa forma, mesmo com o fim da escravidão no Brasil os ex-escravizados, etnias e populações mais vulneráveis apresentam enormes restrições para ter acesso à terra.

Durante o século XX, o território brasileiro foi marcado por um processo de urbanização tardio e acelerado, associado à lógica capitalista de segregação espacial da população desfavorecida economicamente (Ramos; Noia, 2016). Neste sentido, as condições de acesso a uma vida digna se tornam ainda mais restritas aos que possuem capital, tendo em vista que fatores como a especulação imobiliária expulsaram grande parcela da população para zonas periféricas da cidade que, por sua vez, se encontram em situações de extrema precariedade. A localização passou a ter um preço e o direito à dignidade habitacional e à cidade se restringiu a quem podia pagar (Maricato, 2015).

No território nacional, foi a Constituição Federal de 1988 quem primeiro apresentou a discussão sobre moradia digna, reconhecendo-a como direito social em seu artigo 6º, devendo, portanto, ser garantido a todos. Apesar disso, o Plano Nacional de Habitação (PlanHab, 2009) aponta que um dos maiores problemas nacionais que envolvem a moradia é o seu alto déficit, problema histórico relacionado à concentração de renda.

Segundo o relatório Regional de Desenvolvimento Humano de 2021 do programa da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil é um dos países com maior concentração de renda do mundo e com baixos índices de desenvolvimento

humano. O relatório mostra, ainda, que o Brasil caiu de posição na lista de países classificados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), passando de 79^a para a 87^a posição no ranking de 191 países, na comparação com 2019. Fato que reverbera na vulnerabilidade social, que pode acometer os sujeitos em vários contextos de vida, variando de acordo com suas possibilidades culturais, sociais, ambientais e econômicas (Carmo, 2018).

Outro fato que merece destaque são os dados apresentados no VII Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (2023). Segundo o documento, o Brasil vive um ciclo de empobrecimento generalizado da população. O retorno do país ao Mapa da Fome, a limitação do acesso aos serviços públicos e a gestão da pandemia pelo governo constituíram as principais razões para esses resultados. Contudo, é crucial ressaltar que essas tendências de perda de elementos que garantem a dignidade humana antecedem o ano de 2020, sendo influenciadas pela deterioração de políticas públicas fundamentais e por reformas como a Trabalhista e da Previdência.

Assim, os recursos públicos destinados a políticas sociais, notoriamente visando interesses eleitorais e liberados no ano 2022, não colaboraram, igualmente, para impulsionar o país em direção à erradicação da pobreza. Corroborando essa perspectiva, para Oliveira (1995) os conjuntos da população brasileira que se encontram na linha de pobreza são os grupos sociais mais vulneráveis. Dessa forma, a pobreza expõe a vulnerabilidade no território nacional, por meio do processo de privação, a saber: o desemprego, o trabalho sem remuneração, a remuneração muito baixa, insegurança alimentar, a falta de cobertura da previdência social e moradia decente (Proni, 2011).

Com base nisso, a falta de vontade política em relação ao cumprimento das recomendações da ONU, e da própria Constituição Federal de 1988, no que diz respeito ao acesso de todos os cidadãos à moradia digna, a cidade vem sendo alvo de lutas sociais. Dessa forma, os movimentos sociais urbanos, possuem fundamental importância na estruturação das cidades brasileiras. De base microterritorial, ratificam a insatisfação coletiva com a estrutura socioespacial da cidade, a qual sempre sustentou elevados índices de desigualdade e degradação ecológica (Santos, 2011).

No Brasil, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Sua existência como desordem urbana surgiu em decorrência do contexto político-econômico dos anos 1980-1990, que se caracterizou pela inflexibilidade das políticas sociais e direitos

sociais (Rolnik, 2009). Assim, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto atuou assistindo famílias vulnerabilizadas, organizando mobilizações, ocupações de terrenos e imóveis que não cumpriam sua função social e efetivando, com base na Constituição Federal de 1988, todos os processos legais e burocráticos, até que essas famílias fossem atendidas por programas habitacionais de interesse social (Santos, 2011).

O início da luta pelo direito à cidade e à habitação digna é protagonizado pelas ocupações. Esses sistemas de habitação e resistência são organizados pelo Movimento dos trabalhadores sem teto, no entendimento de que habitação vai além das estruturas de paredes e tetos. A solidariedade, cooperação e disciplina são ferramentas de conscientização, empoderamento e preparação para a luta por moradia digna, igualdade de acessos e pelo fim do racismo ambiental urbano. Conceito que diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias vulnerabilizadas no ambiente urbano (Herculano; Pacheco, 2006).

Apesar da relevância do tema, as pesquisas que buscam identificar o racismo ambiental urbano sofrido pelas pessoas que vivem nas ocupações do Movimento dos Trabalhadores sem Teto e suas vulnerabilidades ainda são muito limitadas. Dessa forma, há fortes argumentos para que se considere como urgente o aprofundamento sobre as causas e consequências dos riscos a qual são expostos os trabalhadores que se organizam nas ocupações do MTST objetivando lutar por uma moradia digna.

Com base nisso, o presente trabalho dedica-se ao estudo dos impactos associados ao racismo ambiental urbano e a luta por moradia digna dos trabalhadores das ocupações MTST no Recife, bem como o desenvolvimento de metodologias de mensuração das vulnerabilidades das pessoas diretamente atingidas pelos riscos, omissões, permanência das desigualdades socioespaciais, bem como a manutenção das precárias condições habitacionais em alguns pontos da cidade do Recife, apontando possibilidades para a efetivação de metas vinculadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável números 10 e 11 da ONU, que buscam respectivamente reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles e tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, a fim de contribuir com a construção de um espaço urbano socialmente mais justo.

Em face ao exposto, a presente pesquisa foi desenvolvida visando a alcançar os seguintes objetivos:

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar o racismo ambiental urbano e os impactos da vulnerabilidade socioeconômica nas Ocupações do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST).

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Caracterizar a localização e situação das ocupações do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) na cidade do Recife (PE);
2. Identificar o racismo ambiental urbano sofrido por moradores das ocupações de entrada do MTST;
3. Avaliar as vulnerabilidades socioeconômicas das ocupações de entrada do MTST;
4. Analisar a dinâmica das ocupações de entrada do MTST no espaço urbano.

4 CENÁRIO SOCIOECONÔMICO DAS OCUPAÇÕES DO MTST

4.1 OCUPAÇÕES DO MTST/PE NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

O espaço geográfico é tanto reflexo quanto condição para as relações sociais. Portanto, antes de adentrarmos na discussão sobre a dinâmica das ocupações do MTST no contexto urbano, é fundamental considerarmos o conceito de espaço geográfico. Nesse sentido, este trabalho se baseará no conceito de espaço geográfico delineado por Santos (2006, p. 39), que o descreve da seguinte maneira:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o único quadro no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina.

Nesse contexto, os espaços geográficos se referem às áreas da superfície terrestre que estão intrinsecamente relacionadas à formação social das pessoas. Isso ocorre porque as ações humanas alteram o espaço devido à produção de bens e/ou serviços para atender necessidades individuais e coletivas. Portanto, a organização espacial está intimamente ligada à maneira como as sociedades se estruturam, incluindo a divisão social do trabalho, que desempenha um papel fundamental na estrutura social, determinando o status e a posição das pessoas na sociedade (Braga, 2007).

É importante ressaltar que o espaço geográfico do Brasil tem sido caracterizado por uma marcante desigualdade socioespacial. A falta de ação do Estado e as deficiências na legislação contribuem para uma distribuição injusta do espaço geográfico brasileiro, resultando em um cenário de desigualdade. Como resposta a essa situação, o movimento em prol da reforma fundiária tem crescido consideravelmente no Brasil (Silva, 2018).

A exemplo do fortalecimento da luta pela democratização, direito à cidade e moradia digna, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), fundado em 1997. As ocupações do movimento são ações antrópicas que geram a dinamicidade do espaço geográfico, pela movimentação dos seus sujeitos históricos sociais.

Corroborando essa perspectiva, os apontamentos de Corrêa (2008, p. 44):

Eis o espaço geográfico, a morada do homem. Absoluto, relativo, concebido como planície isotrópica, representando através de matrizes e grafos, descrito através de diversas metáforas, reflexo e condição social, experiência dos diversos modos, rico em simbolismo e campos de lutas, o espaço geográfico é multidimensional.

Dessa forma, as ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto constituem o espaço geográfico, a morada dos seres humanos. Esse importante elemento de luta e resistência, promove fluxo e dinamicidade na rede geográfica, por meio de uma organização baseada na solidariedade, cooperação, disciplina e atividades pedagógicas, as quais utilizam metodologia popular que permitem a conscientização, participação e o protagonismo dos sujeitos.

4.2 DÉFICIT HABITACIONAL BRASILEIRO

Para expor a problematização do déficit habitacional brasileiro é necessário entender o contexto histórico de transformações urbanas e sociais ocorridas no seu espaço geográfico, tendo em vista que algumas características estruturais das dinâmicas fundiárias na região, ajudam a entender o déficit habitacional e os conflitos fundiários urbanos (Coli, 2015).

Tendo como ponto de partida o período da colonização portuguesa, o único meio de obtenção de terras e seu título de propriedade era por meio da legislação fundiária portuguesa aplicada no Brasil. Esse sistema possibilitou a coroa conceder terras, chamadas sesmarias, a seus aliados com o objetivo de garantir o crescimento agrícola e povoamento da colônia.”Às vésperas da independência, a prática da doação de terras por sesmaria foi suspensa sem que outro meio legal fosse promulgado em substituição” (Nozoe, 2006) .

Durante o Brasil império, décadas antes do fim da escravidão, a promulgação da lei de terras, ocorrida em 1850, instituiu que a única maneira de acessar à terra seria através da compra. Dessa forma, mesmo com a abolição da escravatura no Brasil, as pessoas que por séculos estavam sendo escravizadas não tiveram acesso à terra. Sem alternativas, muitos ocuparam de maneira irregular espaços distantes das áreas centrais, áreas vulneráveis marcadas pela invisibilidade, como morros e terrenos alagados, onde construíram e consolidaram suas moradias (Cavalcante, 2005).

No que diz respeito ao período da industrialização do território nacional, ocorreram transformações na sociedade que geraram um crescimento acelerado, mas sem o devido planejamento, nas questões referentes à cidade e desenvolvimento urbano. Soma-se a isso o

sistema socioeconômico capitalista do Brasil, onde a apropriação privada de grandes extensões de terra esteve presente desde o período colonial e permanece assim na contemporaneidade (Lefebvre,2008). Nesta lógica, o território é visto como uma mercadoria e as relações de mercado frequentemente têm maior valor se comparadas às que remetem a dignidade humana, gerando uma desigualdade no espaço, seja urbano ou rural.

Em meados de 1930, a industrialização dos centros urbanos ocasionou a transição da economia agrária para a industrial, fato que ratificou as desigualdades da dinâmica socioespacial das cidades brasileiras, tendo em vista, o massivo deslocamento do campo para as cidades, fenômeno conhecido como êxodo rural. A partir de então, ocorreu um rápido crescimento, especialmente devido às migrações do campo para a cidade, provocando um rápido crescimento da população vulnerabilizada (Junior; Santos, 2014).

Com a concentração dos meios de produção e da força de trabalho na fábrica, passa a existir a necessidade de condições compatíveis com a dignidade humana como habitação, alimentação, transporte, energia, assistência à saúde, lazer, comunicações e saneamento básico (Silva, 1989 P.36). No entanto, à medida que as cidades e as populações urbanas crescem, a demanda por terra também cresce, seja para fins de moradia, produção de alimentos, ou diversas atividades que dependem da terra. Mas, vale salientar que a terra é um recurso limitado, cada vez menos disponível nos centros urbanos em áreas com maior investimento em infraestrutura. Dessa forma, intensificam-se as pressões e os interesses fortalecendo a especulação imobiliária (Santos; Santana,2017).

Para a população economicamente desfavorecida, essa pressão e interesses concorrentes tornam o acesso à terra cada vez mais difícil. Os grupos mais vulneráveis tendem a continuar vivendo nas ruas em condição de informalidade, em imóveis não documentados, algumas vezes por não terem conhecimento dos seus direitos outras por não possuírem os recursos necessários para enfrentar longos e custosos processos de regularização fundiária ou de legalização da posse da terra (Tonin; Peres, 2015).

O sistema socioeconômico vigente, sustenta uma lógica capitalista de cidade que determina um lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, regulados pelo acúmulo e reprodução do capital que se materializa na organização espacial urbana. Sendo assim, a utilização do solo urbano e o direito à cidade é destinado a poucos, gerando uma crescente massa de excluídos (Monteiro; Veras,2017).

Dessa forma, a falta de moradia é um dos problemas mais sérios do Brasil, o preço da habitação somado aos elevados custos do setor da construção civil, aos juros dos financiamentos, aluguel com valores abusivos fazem com que grande parte da classe trabalhadora, população de baixa renda seja excluída do mercado formal de habitação. Para Boulos (2018,p.13):

Déficit habitacional é o nome que se dá para a quantidade de casas que faltam para atender todos aqueles que precisam no País. Existem dois modos de identificação desse déficit: o quantitativo (número de famílias que não tem casa) e o qualitativo (número de famílias que moram em situação extremamente inadequada).Esses dois dados juntos formam o quadro do problema habitacional brasileiro.

Dessa forma, a falta de casas atinge essencialmente a base da classe trabalhadora, que pela distribuição desigual da renda e a valorização do solo urbano frequentemente não possui subsídios para se manter na legalidade, tendo em vista que a localização tem um preço, só mora e tem direito à cidade quem pode pagar (Maricato,2015).

4.3 CARACTERIZAÇÃO DA LUTA POR MORADIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO

Os movimentos sociais são ações coletivas de caráter social, político e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar, expressar seus desejos, suas demandas e reivindicar seus direitos (Gohn, 2008). No que se refere à origem dos movimentos sociais Gohn (2011, p. 336) faz as seguintes contribuições:

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais.

Oliveira (1999), pontua que os movimentos sociais urbanos têm sua fundamentação em um contexto social de crise. Com foco na luta por interesses comuns no espaço urbano, os movimentos da década de 70 surgiram como uma forma possível de resistência ao regime

militar, fortalecendo a luta pela regularização dos loteamentos clandestinos. É interessante destacar o movimento de reivindicação ao direito de ter direitos. Dessa forma, essa nova articulação revitalizou práticas sociais presentes no cotidiano popular, invisibilizadas pelas formas dominantes.

Para efeito didático, Gohn (2008) subdivide o universo dos movimentos sociais em três frentes de ações, com base em suas demandas, formatos organizativos e seu campo de atuação. Sobre as frentes, Gohn (2008, p.439-440) destaca:

Estamos nos referindo a formas predominantes, a saber: Primeira: movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente, culturais. São movimentos de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares (mas não exclusivamente). Podem-se incluir, nesse formato, as lutas das mulheres, dos afro-descendentes, dos índios, dos grupos geracionais (jovens, idosos), grupos portadores de necessidades especiais, grupos de imigrantes sob a perspectiva de direitos, especialmente dos novos direitos culturais construídos a partir de princípios territoriais (nacionalidade, Estado, local), e de pertencimentos identitários coletivos (um dado grupo social, língua, raça, religião etc.). Segunda: movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no meio urbano e no rural, que demandam acesso e condições para terra, moradia, alimentação, educação, saúde, transportes, lazer, emprego, salário etc. Terceira: movimentos globais ou globalizantes, como o Fórum Social Mundial. São lutas que atuam em redes sociopolíticas e culturais, via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos etc. Essas lutas são também responsáveis pela articulação e globalização de muitos movimentos sociais locais, regionais, nacionais ou transnacionais. Na realidade, essa forma de movimento constitui a grande novidade deste novo milênio.

Dessa forma, o presente século vem sendo marcado por “várias lutas sociais que se internacionalizam rapidamente, novos conflitos sociais” (Gohn, 2008). Por realizarem diagnósticos sobre a realidade social, e atuarem na formação de redes coletivas de resistência à exclusão, os movimentos sociais são de extrema importância para a formação de uma sociedade democrática, tendo em vista sua luta pela inserção de cada vez mais pessoas na sociedade de direitos.

Com base nisso, os movimentos sociais urbanos, possuem fundamental importância na estruturação das cidades brasileiras. Com base microterritorial, ratifica a insatisfação com a estrutura socioespacial da cidade, a qual sempre sustentou elevados índices de desigualdade (Santos, 2011). Merece destaque o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, sua existência como desordem urbana surgiu em decorrência do contexto político-econômico dos

anos 1980-1990, que se caracterizou pela inflexibilidade das políticas sociais e direitos sociais. Assim, o movimento se consolidou com a proposta de mobilizar pessoas para a luta pelo direito à moradia digna no Brasil (Rolnik, 2009).

A estratégica articulação das lutas entre trabalhadores do campo e da cidade contribuiu para a consolidação na conjuntura sociopolítica do final dos anos 90 do já estruturado Movimento dos Trabalhadores Sem Terra MST (Silva, 2019). Dessa forma, há relação direta entre os dois movimentos. O MTST faz referência à sua origem em um documento, a Cartilha do Militante, onde atribui ao MST um papel fundamental em sua formação.

O MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é um movimento conhecido por todos nós por sua luta árdua por uma vida digna para quem mora no campo. É um movimento sério que sabe que a maioria do povo pobre vive na cidade e não nas áreas rurais. Com isto, percebeu a necessidade de ajudar os trabalhadores urbanos a se organizarem para lutar também por melhores condições de vida (Cartilha Do Militante, 2005).

O MTST, como movimento independente, sem vínculo direto com a estrutura organizacional do MST, realizou sua primeira ocupação em Guarulhos, em 2001. A primeira ocupação consolidou a dinâmica de organização do movimento e estabeleceu uma nova perspectiva de enfrentamento contra os “latifúndios urbanos” (Goulart, 2011). Em suas palavras:

A ocupação tornou-se o instrumento central do MTST, como um recurso de ação coletiva, com potencialidades na formação de identidades coletivas, nas relações subjetivas desenroladas em meio às dificuldades materiais, na formação de militantes anticapitalistas, no embate com o Estado e seus governos, para citar algumas (Goulart, 2011. pg, 53).

Dessa forma, as ocupações são símbolos da caracterização da luta por moradia do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. A principal ferramenta adotada pelo movimento é a ocupação de terrenos e/ou edificações que não estão exercendo sua função social, com o objetivo de atribuir novas finalidades a alguns espaços da cidade que são alvo da especulação imobiliária e antes funcionavam como locais propícios à violência (Santos, 2011).

Apesar do crescente déficit habitacional brasileiro e da lógica de mercado atribuída à cidade pelo capital, as ocupações de terrenos e edificações vazias são tratadas por diversas esferas sociais de modo negativo. Na mídia impressa e por meio da oralidade é comum o uso do termo “invasão” para qualquer ação do movimento. Além disso, ocorre a tentativa de

mostrar a relação do movimento com a “motivação política”, que é vista, geralmente, como uma ligação com partidos e figuras políticas, o real objetivo é difundir que o movimento não é movido pela necessidade popular, mas pela alienação dos pobres por motivos políticos (Boulos, 2018).

Soma-se a isso, as constantes afirmações de ilegalidade das ações do movimento. No entanto, a ocupação de espaços vazios no Brasil é legítima e legal, tendo em vista, que os artigos 5 e 17 da Constituição Federal do País, pontua que a propriedade deve cumprir sua função social. Assim, deixar terras sem nenhuma função social é uma atitude ilegal e criminosa por parte do proprietários (Boulos, 2018). Nesse sentido, ocupar terras ociosas é fazer cumprir a Constituição.

Além disso, faz parte do senso comum a ideia de que os sem-teto são pessoas que vivem em situação de rua, no limite da miséria. Certamente, as pessoas que foram conduzidas pelo sistema socioeconômico vigente a situações de extrema carência são sem-teto. Mas vale salientar que essa população não é a única. O movimento estimula a “construção de uma identidade coletiva que possibilite a integração dos trabalhadores em torno da luta por seus direitos. Goulart (2011, p.65) contribui:

Os sem-teto podem ser provenientes de diversas situações de moradia e de trabalho. Podem vir da população em situação de rua, de famílias conviventes, de moradores de habitações inadequadas, de famílias com ônus excessivo da renda com aluguel, etc, mas passam a ser sem-teto quando assumem-se enquanto tal e isso acontece no interior do movimento por moradia. Não ter casa não é, portanto, sinônimo de ser sem-teto.

Diante do exposto, conclui-se que as ocupações são unidades estratégicas da luta por moradia do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, além de serem a única alternativa de sobrevivência em uma cidade onde os valores de mercado sobrepõem-se à dignidade humana.

4.3.1 Movimentos sociais urbanos: unidades de fortalecimento da luta por justiça ambiental e contra o racismo ambiental urbano

O termo racismo ambiental emergiu no âmbito dos debates e pesquisas sobre justiça ambiental, teve suas origens na experiência inicial dos movimentos sociais dos Estados Unidos e da revolta popular das classes pobres e etnias socialmente discriminadas, injustiçadas e vulnerabilizadas, quanto à sua desproporcional exposição a riscos ambientais

por habitarem nas vizinhanças de depósitos de lixo químicos e radioativos ou de indústria com efluentes poluentes (Herculano,2006).

De acordo com Bullard (2004), as injustiças ambientais referem-se a danos ao meio ambiente que geram impactos desiguais, sobrecarregando de maneira desproporcional indivíduos de baixa renda, comunidades marginalizadas, grupos minoritários e vulneráveis. Com base nisso, Herculano (2008, p.2) contribui com o conceito de injustiça ambiental:

Entende-se por 'Injustiça Ambiental' o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis.

Porto, Pacheco, Leroy (2013,p.55) contribuem ratificado a definição de injustiça ambiental presente na Declaração de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) em 2002, quando pontua:

A injustiça ambiental pode ser produzida tanto por atividades econômicas quanto pela forma como o Estado deixa de proteger as populações, sejam as atuais ou as gerações futuras, diante de políticas públicas e práticas institucionais que favorecem a geração de injustiças.

A exemplo disso, vale destacar a invisibilidade atribuída ao princípio da justa distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes do processo de urbanização, Estatuto da Cidade (Lei Federal no 10.257 de 10 de julho de 2001), que atribui ao poder público o dever de agir em prol do interesse coletivo. Esse princípio busca a universalização dos serviços e melhorias realizados pelo poder público, possibilitando a descentralização de investimentos em algumas áreas da cidade já dotadas de infraestrutura e serviços em prol de áreas ocupadas comunidades mais pobres, que normalmente carecem de investimentos mais robustos do poder público.

Já o racismo ambiental, conforme explicado por Bullard (2005), ocorre quando os impactos das degradações ambientais se focalizam em regiões periféricas habitadas por famílias de baixa renda, predominantemente compostas por pessoas negras, indígenas e quilombolas. Nessas áreas, encontram-se os índices mais elevados de poluição do ar e da água, bem como uma maior incidência de riscos como inundações e deslizamentos, expondo essa população vulnerável aos perigos relacionados a desastres naturais e a condições de saúde precárias.

Dessa forma, o racismo ambiental é um produto da colonização tradicional que afeta os socioeconomicamente desfavorecidos, que sofrem com o excesso de danos ambientais do processo econômico; ao mesmo tempo em que não usufruem plenamente dos produtos do capitalismo ou têm o seu direito ao usufruto dos recursos naturais subtraído. Assim, o racismo ambiental pode ser compreendido como qualquer política, prática ou diretiva conduzida por instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares que afete ou prejudique racialmente, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, as condições ambientais de moradia, trabalho ou lazer de pessoas, grupos ou comunidades. Vale salientar que ele não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas inclui também ações que têm um impacto racial, independentemente de sua intenção de origem (Bullard, 2005).

Diante dos incontáveis índices de racismo ambiental, os movimentos sociais urbanos reúnem vítimas ativas e travam conflitos ambientais provenientes das lutas contra o racismo ambiental nos territórios onde foram, estão ou serão realizados diferentes projetos econômicos e políticas governamentais. Porto, Pacheco, Leroy (2013,p.13) afirmam que “alguns projetos e políticas, muitas vezes, acabam por discriminar, impactar e vulnerabilizar as populações que vivem e trabalham nesses territórios mediante a distribuição desigual dos benefícios e cargas”.

No ambiente urbano, exemplos característicos de locais habitados por grupos oprimidos pelo racismo ambiental incluem as favelas, as ocupações de movimentos sociais, áreas com alto risco de deslizamento de terra, lixões e áreas urbanas não atendidas por saneamento básico. Tendo em vista que o racismo ambiental diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre classes e etnias vulnerabilizadas (Herculano,2006).

Vale salientar, que um dos mecanismos do racismo ambiental brasileiro, consiste na tentativa de fazer a população aceitar a pobreza, a vulnerabilidade, sua pouca escolaridade, simplesmente pela naturalização de tais diferenças, imputando-as a “raças”. Dessa forma, se faz necessário a luta pela justiça ambiental. De acordo com Herculano (2008,p.2), a locução ‘Justiça Ambiental’ é entendida como:

O conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas.

Complementarmente, o conceito de justiça ambiental se refere ao tratamento justo e ao envolvimento pleno de todos os grupos sociais, independente de sua origem ou renda, nas decisões sobre o acesso, ocupação e uso dos recursos naturais em seus territórios. Diante disso, as ocupações dos movimentos sociais urbanos possuem uma grande importância estrutural, tendo em vista suas ações de territorialização de espaços na cidade. Destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que possui uma organização baseada na solidariedade, cooperação e disciplina que é adotada como instrumento de conscientização, resistência e preparação para a luta pelo direito à cidade e o enfrentamento ao racismo ambiental urbano.

4.3.2 Divisão do trabalho e estruturação das ocupações MTST no Recife/PE

No que diz respeito à divisão do trabalho, é interessante destacar o conceito de divisão do trabalho propalado por Karl Marx, tendo em vista que para o sociólogo as relações sociais são determinadas a partir do trabalho, das relações de produção e das mercadorias produzidas. Segundo ele “[...] a época da burguesia caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado ” (Marx; Engels, 1999,p.8). Dessa forma, em uma sociedade capitalista a divisão do trabalho se relaciona diretamente com a desigualdade social, tendo em vista sua dimensão econômica.

Em escritos do Manifesto comunista dos autores Karl Marx e Friedrich Engels aponta que a solução para a problemática da divisão desigual do trabalho estaria na maturidade do proletariado para romper com a sociedade de classes. O Manifesto aponta a possibilidade da luta proletária e sua capacidade de ruptura com a estrutura vigente (Marx; Engels, 1999).

Diante disso, as ocupações do Movimento dos Trabalhadores sem Teto, estão inseridas na sociedade capitalista a partir da sua especificidade, cujo objetivo principal é o acolhimento, articulação e fortalecimento da classe trabalhadora dentro de um movimento. Espaço onde empregados informais, subempregados, desempregados, sub-remunerados e outros que compõem a população periférica que sofrem com a injusta divisão do trabalho e o crescente déficit habitacional são convidados a se organizar nos bairros, nas ocupações e no trabalho, na tentativa de romper com essa estrutura desigual e reivindicar o direito constitucional à vida digna (Boulos, 2015).

Diante disso, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST se estrutura na solidariedade, cooperação e disciplina que é adotada como instrumento de conscientização, resistência e preparação para a luta pelo direito à cidade, moradia e dignidade de seus trabalhadores. Os homens e mulheres que constituem as ocupações do MTST são estimulados a uma compreensão do todo, tendo a consciência do sistema de divisão do trabalho inserido no sistema socioeconômico vigente (Santos; Goulart, 2016).

Assim, ciente de que o ser humano está atrelado ao processo de mudança social na construção de sua cultura, se estabelece uma luta em oposição ao trabalho alienado que se configura apenas na produção de bens materiais para a sociedade. Estimula-se, pelo processo de conscientização a possibilidade de mudança social, por meio do trabalho humanizador, com possibilidades de transformações, aquisição de novos saberes e mudanças sociais.

4.4 VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA DAS OCUPAÇÕES DO MTST/PE

Etimologicamente, a palavra "vulnerável" origina-se do verbo latim *vulnerare*, que significa ferir, penetrar. Dessa forma, a derivação "vulnerabilidade" é um termo geralmente empregado na referência a desordens ou de susceptibilidade ao estresse ou uma condição de algo que está passível de determinado acometimento (Janczura, 2012).

Na literatura específica, nota-se o emprego equivocado dos termos riscos e vulnerabilidades. Dessa forma, Marandola Junior e Hogan (2005, p.30) apontam:

Localizar e entender o termo vulnerabilidade nas diversas abordagens científicas é um empreendimento que não pode ser realizado sem se considerar, simultaneamente, o conceito de risco. Isso se deve ao fato de a vulnerabilidade aparecer no contexto dos estudos sobre risco em sua dimensão ambiental, num primeiro momento, e só mais tarde no contexto socioeconômico.

Janczura (2012, p. 307) relata que vulnerabilidade e riscos são dois conceitos distintos. Para ela "a vulnerabilidade refere-se aos indivíduos e às suas suscetibilidades ou predisposições a respostas ou consequências negativas". Enquanto o risco estaria associado a grupos e populações. Dessa forma, "[...] risco não pode ser identificado como vulnerabilidade, embora se possa estabelecer uma relação estreita entre eles. O primeiro conceito se refere à situação de grupos, e o segundo deve ser usado para a situação fragilizada de indivíduos [...]".

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2007/2008, p. 78) cita que:

A vulnerabilidade é diferente do risco. A base etimológica da palavra advém do verbo latino “ferir”. Enquanto que o risco implica a exposição a perigos externos em relação aos quais as pessoas têm um controle limitado, a vulnerabilidade mede a capacidade de combate a tais perigos sem que se sofra, a longo prazo, uma potencial perda de bem-estar.

Nas sociedades capitalistas, as relações socioeconômicas se constroem em situações de vulnerabilidade. Tais relações são conduzidas pela competição, alicerçadas na desigualdade social. Acselrad (2006, p.2) traz os seguintes apontamentos:

A vulnerabilidade é uma noção relativa - está normalmente associada à exposição aos riscos e designa a maior ou menor susceptibilidade de pessoas, lugares, infraestruturas ou ecossistemas sofrerem algum tipo particular de agravo. Se a vulnerabilidade é decorrência de uma relação histórica estabelecida entre diferentes segmentos sociais, para eliminar a vulnerabilidade será necessário que as causas das privações sofridas pelas pessoas ou grupos sociais sejam ultrapassadas e que haja mudança nas relações que os mesmos mantêm com o espaço social mais amplo em que estão inseridos.

De acordo com Barbosa (1997), a vulnerabilidade pode ser analisada de diferentes pontos de vista. Sendo assim, entende-se por vulnerabilidade:

- i) Física: assentamento humano em área de perigo;
- ii) Econômica: a parte da população mais vulnerável aos desastres é a que possui baixa renda;
- iii) Educacional: o comportamento social frente ao perigo;
- iv) Ecológica: proteção do meio ambiente, tendo ligação com a educação;
- v) Técnica: a existência de uma política para a instalação de uma infraestrutura básica, como, por exemplo, manejo das águas e;
- vi) Saúde: as condições da comunidade se traduzem em sua predisposição em ser afetada por epidemias.

Diante disso, o estudo da vulnerabilidade das ocupações do movimento dos trabalhadores sem teto no Recife (PE) tem o foco social e econômico. Os trabalhadores tornaram-se vulneráveis, em determinado momento de suas vidas, em razão de certas circunstâncias, sejam elas por meio da invisibilidade, negação de direitos, falta de recursos financeiros e pela dificuldade de adaptar - se ao contexto no qual estão inseridos. A ocupação de áreas urbanas nas cidades brasileiras são formas de acolhimento e enfrentamento que crescem no Brasil na

defesa dos direitos e na necessidade de se pensar desafios e reivindicações dos movimentos sociais (Boulos, 2015).

Embora as formas de atuação do MTST no Recife estejam pautadas em mobilizações nos espaços urbanos, na luta contra o despejo de comunidades e nas ocupações em terrenos e prédios sem função social, existem dificuldades. Dentre elas, merece destaque o discurso governamental, que criminaliza as ocupações e as “colocam como responsáveis pelo caos urbano e a falta de planejamento das cidades”. Soma-se a isso a falta de investimento nos programas de habitação digna, aumentando assim ocupações em locais de risco e de extrema precariedade, demonstrando a falta de política de reurbanização na capital pernambucana (Boulos;2012) .Também vale salientar a falta de apoio da própria sociedade que por meio da mídia e sua reprodução de um discurso estereotipado ver o movimento de forma negativa, associada ao vandalismo e a criminalidade (Boulos, 2015).

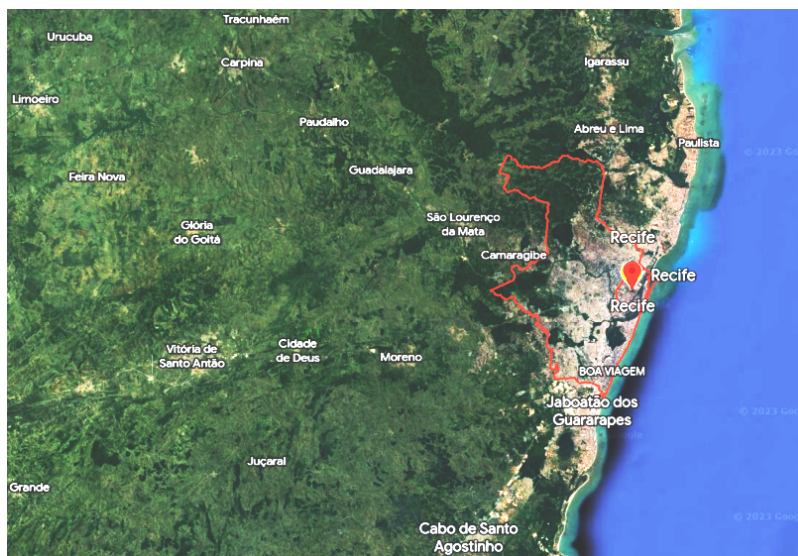
Diante do exposto acima, os trabalhadores mencionados nesta dissertação encontram-se em uma situação de vulnerabilidade pela ausência de moradia digna, inseguranças, e pela incapacidade desses indivíduos de adaptar-se às situações hostis da divisão desigual do trabalho. A falta de planejamento urbano e da implementação de legislações que beneficiem a classe hipossuficiente, inclusive por meio das decisões incorporadas no Plano Diretor, que possa redefinir a função social da propriedade, favorece o desenvolvimento das situações vulneráveis, possibilitando aumento no número das ocupações no solo urbano.

5 MATERIAL E MÉTODOS

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), Recife é um município brasileiro, capital do estado de Pernambuco, localizado na Região Nordeste do país. Com área territorial de aproximadamente 218,843 km² (quilômetros quadrados), com uma população estimada de 1.488.920 pessoas.

Figura 1- Limites do Município do Recife



Fonte: <http://earth.google.com>

A cidade do Recife fica às margens do oceano Atlântico Sul, é popularmente chamada de Veneza do Brasil (Ferreira, 2016). O clima do Recife é tropical quente e úmido, caracterizado por dois períodos distintos: o primeiro é uma estação seca ou de estiagem, que se prolonga de setembro a fevereiro (primavera-verão) e o segundo é de março a agosto (outono-inverno), estação marcada por fortes chuvas (Saboya et al., 2021).

O site do IBGE traz o seguinte resgate histórico do Município do Recife:

A origem do Recife remonta à terceira década do Século XVI, quando era uma estreita faixa de areia protegida por uma linha de arrecifes que formava um ancoradouro. Devido às suas características físicas favoráveis, o local passou a abrigar um porto. E no entorno dele, que servia a Vila de Olinda, formou-se um povoado com cerca de 200 habitantes, em sua maioria, marinheiros, carregadores e pescadores. O assentamento ocupava a península correspondente ao que é hoje o Bairro do Recife. Por se tratar de região portuária, a atividade comercial desenvolveu-se rapidamente impulsionando o crescimento do povoado. E em 1537, a constituição da Vila do Recife é registrada. No século XVII, com o desenvolvimento econômico da colônia, o porto prosperou favorecendo a expansão da vila que toma

forma de cidade. A atividade açucareira também cresceu e as margens dos cursos d'água passaram a serem ocupadas por engenhos e casebres, enquanto os rios tornaram-se caminhos navegáveis para transporte dos produtos. Em 1630, Olinda, então centro da capitania, é invadida e incendiada por holandeses. Contudo, os invasores se estabeleceram nas terras baixas do Recife, seja porque o sítio de Olinda não favorecia aos seus interesses militares e comerciais, seja pela semelhança do Recife com a Holanda. Desse modo, colonos, soldados, habitantes de Olinda e imigrantes judeus iniciaram a ocupação da Vila do Recife. A partir do Século XVIII, o desenvolvimento da cidade se apóia no comércio externo e a urbanização portuguesa incide predominantemente sobre o antigo território holandês, de forma espontânea, caracterizada por ruas estreitas, que se abrem em pátios onde se destaca a construção religiosa. No Século XIX, a cidade já apresenta um tecido densamente urbanizado que corresponde ao atual centro histórico surgido dos aterros das áreas alagadas e mangues, a partir da ocupação holandesa ((IBGE, 2014).

Diante disso, no que se refere aos aspectos econômicos, um dos principais atributos do Recife, capital do estado de Pernambuco, é o comércio, que começou com o Porto durante a era açucareira. Embora exerça influência sobre um vasto território regional no Nordeste, Recife é considerada uma metrópole “periférica”, por ser incapaz de assumir plenamente as funções de uma metrópole, e não oferecer de forma satisfatória bens e serviços. Marcada pela desigualdade e segregação urbana, ratificada por uma maior distância social entre as pessoas com altos rendimentos, que se concentram em parte em condomínios fechados, e as pessoas mais pobres, que vivem nas favelas e ocupações (Carrière; Diniz; De Lade La Mora, 2020).

A sua organização socioespacial é produto de condicionantes ambientais, físicas e sociais. As áreas ocupadas por essa população mais pobre combinam precariedade social e alto grau de exposição a riscos ambientais (Carrière; Diniz; De Lade La Mora, 2020). Assim, pode-se dizer que a metrópole institucional, que é definida pela lei e representada formalmente nos sistemas de poder criados desde a década de 70, não é a metrópole real, que determina os modos de vida nas cidades (Franzoni; Hoshino, 2015).

Nesse contexto, o presente estudo levará em consideração a perspectiva de metrópole vivida na cidade do Recife. Devido às constantes ameaças de despejo, a área objeto de estudo consiste em três ocupações de entrada do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto que estavam em funcionamento durante o período destinado a pesquisa de campo. O principal critério seletivo foi ser uma ocupação de entrada, ou seja, fundada pelo movimento até o período do início das coletas, em outubro de 2022. Essas unidades de luta se distribuem ao longo da área territorial recifense; são elas: 08 de março, Carolina de Jesus e Cozinha Solidária Vila Santa Luzia, conforme ilustrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Localização das ocupações de entrada MTST no Recife

Ocupação	Tipo	Localização	Coordenadas Geográficas	
Carolina de Jesus	Entrada	Mangueira, Recife - PE	-8.087.586.348.543.220	-34.945.399.633.696.200
Cozinha Solidária	Entrada	Torre, Recife - PE	-8.044.125.056.835.360	-3.491.289.454.719.060
08 de Março	Entrada	Boa Viagem, Recife - PE	-8.132.369.935.863.370	-34.911.542.718.354.400

Fonte: Elaborado pela autora

É oportuno destacar que, a cada visita estabelecida em tais unidades, foram mapeadas, com o uso do receptor do Sistema de Posicionamento Global - GPS, modelo Garmim, configurando no Datum WGS 84. As informações obtidas na pesquisa de campo, no caso, a identificação do tipo de ocupação, somadas à base cartográfica desses empreendimentos, formam um banco de dados, representados por pontos geográficos, coletados em graus decimais.

Em laboratório, por meio da ferramenta de navegação denominada Google Earth, na opção “adicionar marcador”, foram inseridas as coordenadas, posteriormente, gerou-se a Figura 2 referente à localização das 3 ocupações de entrada do Município do Recife (PE).

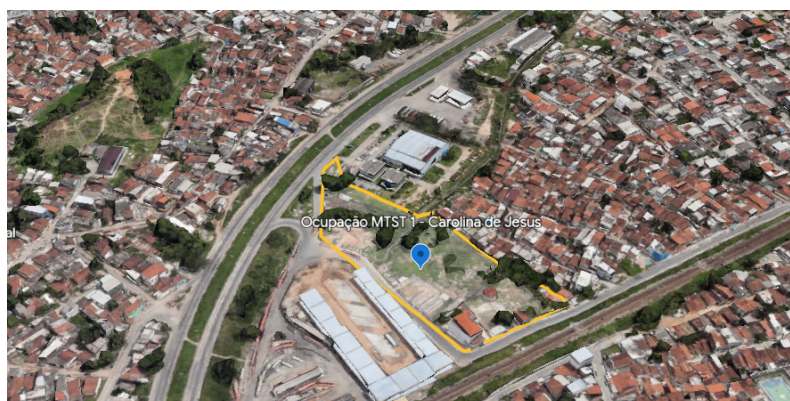
Figura 2- Localização das ocupações pesquisadas no Município do Recife



Fonte: <http://earth.google.com>

A partir da Figura 2, observou-se que, na primeira ocupação denominada Carolina de Jesus, de acordo com a coordenação local do espaço, aproximadamente 200 famílias eram atendidas durante o período da pesquisa de campo. As coletas de dados nesta ocupação foram realizadas nos meses de outubro de 2022 e março de 2023. O terreno ocupado está localizado no bairro da Mangueira (Figura 3), pertencente à região administrativa 5, com uma população residente de 8.480 habitantes, dos quais 68,04% se autodeclaram pretos ou pardos.

Figura 3- Localização da ocupação Carolina de Jesus



Fonte: <http://earth.google.com>

A segunda ocupação, Cozinha Solidária, é uma importante ferramenta do movimento na garantia da segurança alimentar, principalmente durante a pandemia da Covid19, que evidenciou os elevados níveis de pobreza no Brasil. De acordo com a coordenação local do espaço, eram atendidas 120 famílias durante o período da coleta de dados. Nesta ocupação, a coleta de dados ocorreu no mês de abril de 2023. O espaço localiza-se no bairro da Torre (Figura 4), região administrativa 4, com uma população residente de 17.903 habitantes, dos quais 43,21% se autodeclaram pretos ou pardos.

Figura 4- Localização da ocupação Cozinha Solidária



Fonte: <http://earth.google.com>

A terceira ocupação, 08 de Março, localiza-se no bairro de Boa Viagem (Figura 5). De acordo com a coordenação local do espaço, eram atendidas 300 famílias durante o período de coleta de dados da pesquisa. Nesta ocupação, as coletas de dados ocorreram nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023. O terreno situa-se na região administrativa 6 (Figura 5), com uma população residente de 122.922 habitantes, dos quais 32,91% se autodeclaram pretos ou pardos.

Figura 5- Localização da ocupação 08 de Março



Fonte: <http://earth.google.com>

5.2 METODOLOGIA

A pesquisa científica precisa ir além do conhecimento científico. Assim, a percepção de vida, o senso comum e o conhecimento empírico são essenciais para dar conta da complexidade do problema apresentado. Dessa forma, para avançar na produção científica, é essencial ouvir e acompanhar os trabalhadores sem teto e considerar suas associações de vida, anseios, lutas e vulnerabilidades.

O conhecimento popular, também chamado de senso comum, não se diferencia do conhecimento científico em termos de veracidade ou natureza do objeto conhecido. A distinção entre eles reside na forma, método e instrumentos utilizados para adquirir esse conhecimento. Para Marconi e Lakatos (2003):

A ciência não é o único caminho de acesso ao conhecimento e à verdade. Um mesmo objeto ou fenômeno - uma planta, um mineral, uma comunidade ou as relações entre chefes e subordinados - pode ser matéria de observação tanto para o cientista quanto para o homem comum; o que leva um ao conhecimento científico e outro ao vulgar ou popular é a forma de observação.

Dessa forma, o estudo do racismo ambiental urbano e da vulnerabilidade das ocupações do MTST foi conduzido por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando a técnica de observação direta (pesquisa de campo). Realizou-se o levantamento de dados por meio de entrevistas e anotações em caderneta de campo, considerando as habilidades e competências de cada indivíduo em relação ao ambiente de sua habitação. Posteriormente, as informações coletadas em campo foram compiladas em um banco de dados, que foi analisado minuciosamente para avaliar a extensão da vulnerabilidade dos ocupantes.

5.2.1 Levantamento de dados

Para realizar a primeira etapa da pesquisa, foram utilizados os seguintes instrumentos para busca de fontes primárias: localização e coleta de orientações geográficas das ocupações MTST, captura de fotos, gravação de áudio e aplicação de questionários e entrevistas junto aos participantes e as lideranças do movimento social.

A pesquisa possui autorização do comitê de ética em pesquisa da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) sob nº. 5.665.396. No início da visita, foi feita apresentação da pesquisa e, voluntariamente, os pesquisados acordaram em permissão para a participação e divulgação das informações, como prevê o Comitê de Ética. No que tange às fontes secundárias, foi realizado um levantamento bibliográfico, priorizando documentos, publicações, relatórios, artigos e consulta em sites eletrônicos especializados. Dessa forma, o levantamento de dados ocorre quando envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento deseja-se conhecer através de algum tipo de questionário ou entrevista (Prodanov; De Freitas, 2013).

Os objetivos específicos pontuados na presente pesquisa foram alcançados por meio da pesquisa exploratória. Para isso, o instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista semiestruturada. Dessa forma, a coleta de informações é uma etapa fundamental para a obtenção de dados para o estudo.

Para Gonsalves (2003, p. 65), a pesquisa exploratória:

É aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de fornecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado. Esse tipo de pesquisa também é denominada “pesquisa de base”, pois oferece dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema.

Além disso, a presente pesquisa também é avaliativa, na medida em que se pretende avaliar a existência do racismo ambiental urbano através da interpretação dos dados obtidos nos questionários e entrevistas semiestruturadas. Esses dados irão compor um diagnóstico socioeconômico que será fundamental para identificar a existência do racismo ambiental sofrido pelas pessoas que residem nas ocupações estudadas. Soma-se a isso uma perspectiva quantitativa, uma vez que as coletas de dados tiveram a participação de 40% das famílias que vivem no ambiente das ocupações, um quantitativo relevante do universo pesquisado.

5.2.2 Questionário socioeconômico

Foram elaborados e aplicados questionário e entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE A) em 3 ocupações de entrada do movimento dos trabalhadores sem teto que se encontravam em funcionamento no Recife/PE, na época do início da pesquisa, em outubro de 2022, como forma de avaliar o racismo ambiental urbano e a vulnerabilidade socioeconômica dos trabalhadores que residiam em tais unidades.

Das 620 famílias que constituem as três ocupações analisadas no Recife, 251 representantes de cada grupo familiar participaram das entrevistas, resultando em uma amostra de 40,4%. A aplicação dos questionários foi realizada pela autora do trabalho e por estudantes voluntários do curso de graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco.

No que diz respeito à higiene e segurança, os questionários e entrevistas foram elaborados com base no trabalho adaptado de Carvalho (2005). Para analisar a situação de vulnerabilidade socioeconômica, os questionários constituíram uma adaptação de metodologias adotadas por Araújo (2010), Barbosa (1997), Souza (2011) e Araújo (2002).

5.2.3 Classificação das ocupações e situação

Primeiramente, para determinar os tipos de ocupação, foi levada em consideração entrevistas com os coordenadores locais e estaduais. Segundo eles, o movimento classifica as ocupações, segundo a sua origem: i) entrada; ii) acompanhadas. Além disso, as ocupações também são classificadas quando a sua funcionalidade: i) Residencial ; ii) Cozinha.

No que diz respeito à situação das três ocupações a qual esse estudo se refere, durante o período da pesquisa observou-se que todas estavam atuantes no território a qual estavam inseridas.

5.3 AVALIAÇÃO DA VULNERABILIDADE DAS OCUPAÇÕES

As vulnerabilidades social e econômica das ocupações foram analisadas por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos militantes do MTST residentes nas 3 ocupações estudadas no Recife, com objetivo de se obter uma diagnose, para melhor entendimento da realidade em questão. Foram levantados e analisados os seguintes elementos, todos relacionados a vivência no ambiente das ocupações:

a) Fator Vulnerabilidade Social

-Variáveis: demográfica; habitação.

b) Fator Vulnerabilidade Econômica.

-Variáveis: perfil Econômico; políticas públicas

As variáveis foram divididas em itens, onde cada item está composto de alternativas para preenchimento.

5.3.1 Códigos e critérios de estratificação

A cada variável foram atribuídos valores (códigos de 1 a 2, 1 a 3, 1 a 4 ,etc), variando de acordo com o número de itens a ela associados e crescente com a piora da situação, ou seja, o valor maior do código representa a maior vulnerabilidade, e o valor menor do código representou a menor vulnerabilidade. Cada item teve seu valor máximo correspondente ao número de alternativas de preenchimento que ele possuía, e o mínimo foi sempre igual a 1 (Quadro 1). O valor de uma variável qualquer correspondeu ao somatório dos valores de seus itens. Assim, o valor máximo de uma variável correspondeu ao somatório dos valores máximos de seus itens, bem como, o valor mínimo de uma variável correspondeu ao somatório dos valores mínimos de seus itens. A soma dos códigos das variáveis forma o código do Fator de Vulnerabilidade, sendo esse o valor de x.

A tabulação consistiu em agrupar os dados encontrados em cada item das variáveis, e repetir aqueles de maior frequência. Os valores correspondentes aos itens do questionário são os dados no APÊNDICE B.

5.3.2 Apresentação de dados e valores máximos, mínimos e totais

Foram anotados os valores significativos encontrados (de maior frequência), por meio dos dados obtidos nas três ocupações estudadas. Esses valores foram analisados com base nos valores mínimos e máximos de cada fator vulnerabilidade.

a) Total do Fator Vulnerabilidade Socialcódigos do item 1.1 até 2.17

b) Total do Fator Vulnerabilidade Econômicacódigos do item 4.1 até 4.12

O Quadro 1 mostra os valores de x encontrados para o fator vulnerabilidade social, o Quadro 2, mostra os valores de x encontrados para o fator vulnerabilidade econômica.

Quadro 1:Apresentação dos valores de “X” para o fator vulnerabilidade social

Tabulação dos Resultados			
Item	Valores Significativos X		
	Encontrado	Mínimo	Máximo
1.1*	2	1	2
1.2*	2	1	3
1.3*	3	1	5
1.4*	4	1	4
1.5*	2	1	1
1.6*	2	1	2
1.7*	2	1	5
2.1*	5	1	5
2.2*	5	1	5
2.3*	3	1	3
2.4*	2	1	2
2.5*	1	1	2
2.6*	3	1	5
2.7*	2	1	2
2.8*	1	1	2
2.9*	4	1	5
2.10*	2	1	4
2.11*	3	1	5
2.12*	3	1	3

2.13*	1	1	4
2.14*	1	1	3
2.15*	4	1	2
2.16*	1	1	2
2.16*	1	1	2
Total	59	24	78

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 2: Apresentação dos valores de “X” para o fator vulnerabilidade econômica

Tabulação dos Resultados			
Item	Valores Significativos X		
	Encontrado	Mínimo	Máximo
4.1*	4	1	4
4.2*	2	1	2
4.3*	2	1	2
4.4*	5	1	4
4.5*	2	1	1
4.6*	2	1	1
4.7*	3	1	1
4.8*	3	1	3
4.9*	3	1	3
4.10*	3	1	3
4.11*	3	1	3
4.12*	3	1	3
Total	35	12	30

Fonte: Elaborado pela autora

Esses valores encontrados foram aplicados às equações encontradas, contribuindo com a avaliação da intensidade da vulnerabilidade das famílias que vivem nas ocupações. Para cada Fator de Vulnerabilidade, foi calculada uma reta de vulnerabilidade, utilizando-se os valores encontrados.

Quadro 3:Valores de X para a construção da análise das vulnerabilidades

Valores Significativos para X			
Fator	Encontrado	Mínimo	Máximo
Vulnerabilidade Social	59	24	78
Vulnerabilidade Econômica	35	12	30

Fonte: Elaborado pela autora

5.3.3 Relação entre os valores das vulnerabilidades

A relação entre os valores das vulnerabilidades baseada no funcionamento sistêmico das ocupações, onde os diversos fatores interagem entre si, contribuindo para formação do entendimento das características da continuidade estudada, evidenciou, numa análise qualitativa e quantitativa, a Vulnerabilidade Global das famílias que vivem nas ocupações. Dessa forma, a Vulnerabilidade Global corresponde ao valor da vulnerabilidade formado pela análise conjunta de todos os fatores de vulnerabilidade.

Total da Vulnerabilidade Global.....códigos dc 1.1 até 4.12

Quadro 4:Valores de X para a construção da análise da vulnerabilidade global

Valores Significativos para X			
Fator	Encontrado	Mínimo	Máximo
Vulnerabilidade Global	94	36	108

Fonte: Elaborado pela autora

5.3.4 Magnitude da vulnerabilidade

Os valores encontrados nas retas de vulnerabilidade podem variar de zero (vulnerabilidade nula) até 100 (vulnerabilidade máxima). As classes foram definidas de acordo com Barbosa (1997), em quatro classes conforme a Tabela 2.

Tabela 2- Classes de vulnerabilidade.

Baixa	Moderada	Alta	Muito alta
0-15	16-30	31-45	>45

Fonte: Barbosa (1997)

A Classe Baixa representa o nível de vulnerabilidade desejável, no qual as famílias provavelmente têm uma maior capacidade de resistir e se recuperar diante dos riscos, desastres e mazelas sociais. A Classe Moderada se situa em um ponto intermediário entre as Classes Baixa e Alta, onde as famílias, apesar de serem impactadas negativamente pelas mazelas, possuem uma capacidade de lidar com os prejuízos superior àquelas classificadas na Classe Alta. Por outro lado, as Classes Alta e Muito Alta representam os estados de vulnerabilidade mais preocupantes, onde as famílias têm uma capacidade muito reduzida de enfrentar e se recuperar de mazelas. A distinção entre essas duas classes reside no fato de que as famílias na Classe Muito Alta de vulnerabilidade não estão apenas muito vulneráveis, mas também enfrentam uma condição crônica de fragilidade socioeconômica.

5.4 PARÂMETRO DE DETERMINAÇÃO DOS FATORES DE VULNERABILIDADE

Para calcular o Fator de Vulnerabilidade, a equação da reta apresentada é de primeiro grau, do tipo:

$$V = ax + b$$

Em que:

V = vulnerabilidade variando de zero (nula) até 100 (maxima);

a e b = constantes para cada fator;

x = valor significativo encontrado.

a) Fator Vulnerabilidade Social

$$X_{\text{mínimo}} = 24 \quad X_{\text{máximo}} = 78$$

$$\text{Se } V = 0 \quad (24a + b = 0) \quad (-1)$$

$$\text{Se } V = 100 \quad 78a + b = 100$$

Então:

$$54a = 100 \rightarrow a = 1,8518$$

$$24 * 1,8518 + b = 0 \rightarrow b = -44,4432$$

Substituindo os valores de X encontrados, conforme o Quadro 3

$$V = 1,8518 * 59 + (-44,4432)$$

$$V = 64,813$$

b) Fator Vulnerabilidade Econômica

$$X_{\text{mínimo}} = 12 \quad X_{\text{máximo}} = 30$$

$$\text{Se } V = 0 \quad (12a + b = 0) \quad (-1)$$

$$\text{Se } V = 100 \quad 30a + b = 100$$

Então:

$$18a = 100 \rightarrow a = 5,5555$$

$$12 * 5,5555 + b = 0 \rightarrow b = -66,666$$

Substituindo os valores de X encontrados, conforme o Quadro 3

$$V = 5,5555 * 35 + (-66,666)$$

$$V = 127,77$$

c) Fator Vulnerabilidade Global

$$X_{\text{mínimo}} = 36 \quad X_{\text{máximo}} = 108$$

$$\text{Se } V = 0 \quad (36a + b = 0) \quad (-1)$$

$$\text{Se } V = 100 \quad 108a + b = 100$$

Então:

$$72a = 100 \rightarrow a = 1,3888$$

$$36 * 1,3888 + b = 0 \rightarrow b = -49,9968$$

Substituindo os valores de X encontrados, conforme o Quadro 4

$$V = 1,3888 * 94 + (-49,9968)$$

$$V = 80,5504$$

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

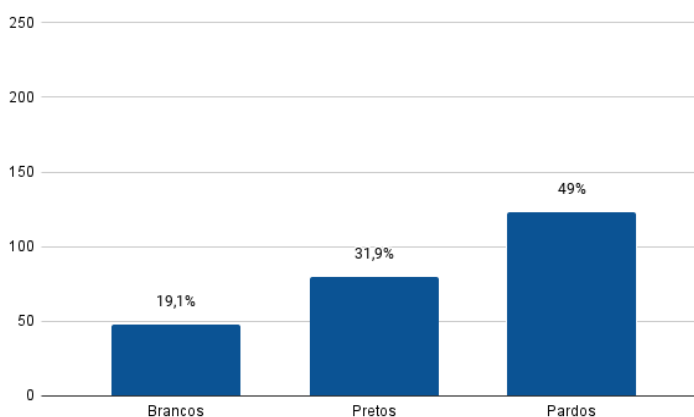
Como descrito no decorrer do trabalho, a presente pesquisa tem como objeto de estudo o racismo ambiental urbano e a vulnerabilidade dos trabalhadores que residem nas ocupações do MTST no Recife, que vivem diariamente na luta por moradia digna. Vale salientar que as ocupações estudadas estão localizadas no território recifense, conforme (Figura 01). A pesquisa no ambiente das ocupações contou com a participação voluntária de 251 representantes de cada grupo familiar, resultando em uma amostra de 40,4%. Com base nisso, esse capítulo terá como propósito o detalhamento da investigação a respeito da temática estudada.

6.1 IDENTIFICAÇÃO DO RACISMO AMBIENTAL URBANO

Para um melhor entendimento do racismo ambiental urbano aspectos como a distribuição por cor da pele (Figura 6), grau de escolaridade (Figura 7), tipo de moradia (Figura 8), números de cômodos (Figura 9), fonte de água (Figura 10) e acesso ao saneamento básico, são fundamentais para o entendimento do fenômeno que acomete as pessoas que vivem na região objeto de estudo deste trabalho.

Observa-se que 80,9% da população que participou voluntariamente da entrevista se autodeclara preta ou parda. Esse fato está diretamente relacionado ao acesso reduzido de pessoas pretas e pardas ao emprego, educação, segurança e saneamento no Brasil. De acordo com informações da agência de notícias do IBGE, no ano de 2021, a proporção de pessoas pobres no país era de 18,6% entre os brancos e praticamente o dobro entre os pretos (34,5%) e entre os pardos (38,4%).

Figura 6 - Cor da pele



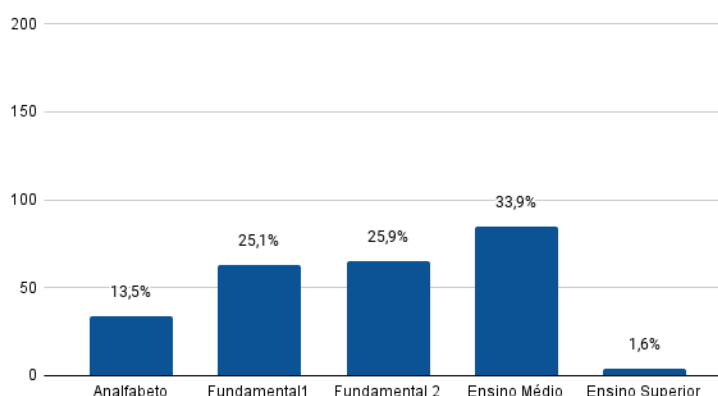
Fonte: Elaborado pela autora

É oportuno mencionar que, segundo o VII Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, publicado em 2023, o padrão de desigualdade para mulheres e pessoas negras manteve-se elevado. Considerando os percentuais relativos, em 2021, do total de pessoas em extrema pobreza, 53,3% eram mulheres e 46,7% homens; em condição de pobreza, 52,4% eram mulheres e 47,6% homens. Das pessoas em extrema pobreza, 73,7% eram negras e 25% brancas; em condição de pobreza, 71,9% eram negras, enquanto 27,3% eram brancas.

Outro fato considerável é o grau de escolaridade dos entrevistados, onde 13,5% são analfabetos, 25,1% cursaram o ensino fundamental 1, o ensino fundamental 25,9%, 33,9% o ensino médio e 1,6% o ensino superior. Dessa forma, 64,5% dos entrevistados não conseguiram dar seguimento nas séries escolares, permanecendo no ensino fundamental. Segundo os entrevistados os principais motivos da evasão escolar eram as dificuldades financeiras, *bullying* e dificuldades de aprendizagem. Como se pode conferir na fala que segue:

Minha infância foi difícil, porque minha família era muito pobre. Eu tinha sete irmãos, a gente morava em um barraco de dois cômodos em Brasília teimosa. Passamos muita necessidade e ia pra escola pra comer a merenda, não tinha cabeça pra estudar e na primeira oportunidade, eu fui trabalhar em casa de família para ajudar a minha mãe. Naquela época também não tinha os produtos para cabelo que tem hoje, e eu lembro que o pessoal da sala me chamavam cabelo de bruxa, bombril e isso deixava mal, claro. (Entrevista realizada com membro residente da ocupação 8 de março MTST/PE em 29/12/2012, em Recife).

Figura 7- Grau de escolaridade

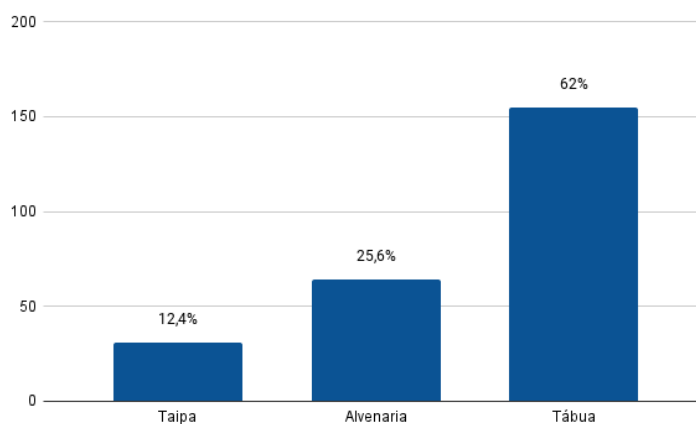


Fonte: Elaborado pela autora

Se comparado ao cenário nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que 30% da juventude preta e parda entre 15 e 17 anos não frequentou ou não concluiu o ensino médio no tempo correto entre 2012 e 2022. O racismo se manifesta quando o número de jovens desse grupo com acesso à educação na idade correta era equivalente ao que a juventude branca brasileira alcançou 10 anos antes (Relatório Luz, 2023).

No que diz respeito à estrutura onde vivem os entrevistados, 12,4% vivem em barracos de taipa, 25,6% em barracos de alvenaria e 62% em barracos de tábuas. É comum encontrar barracos de moradores em material com mau estado de conservação, mofo e ausência de ventilação, comprometendo a saúde, principalmente com problemas respiratórios.

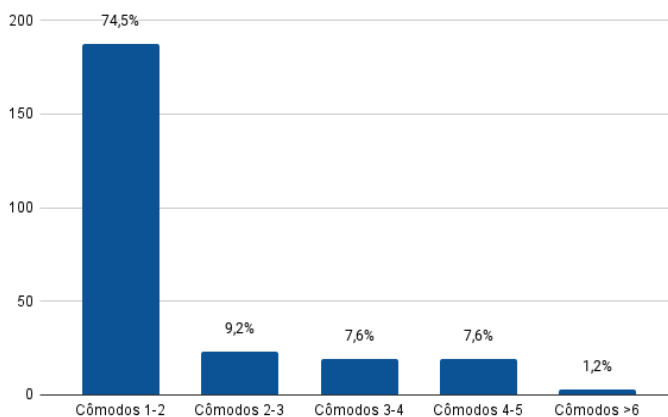
Figura 8- Tipo de moradia



Fonte: Elaborado pela autora

Além disso, ao analisar o número de cômodos observou-se que 74,5%, a maioria dos entrevistados vivem em espaços com 1-2 cômodos. O fato está associado a estrutura organizacional das ocupações do MTST analisadas no Recife. De acordo com coordenadores locais do movimento, os terrenos ocupados são analisados por uma brigada voluntária de arquitetura e o número de cômodos e os metros quadrados de cada barraco são divididos de forma igualitária entre os integrantes do movimento que estão em situação de vulnerabilidade e risco por falta de acesso à moradia. No decorrer do tempo de luta por moradia, algumas famílias podem ser beneficiadas por programas governamentais ou sair dos espaços da ocupação por conta própria, isso fará com que a área dos barracos possa ser ampliada, tendo como prioridade famílias com pessoas idosas e maior número de crianças.

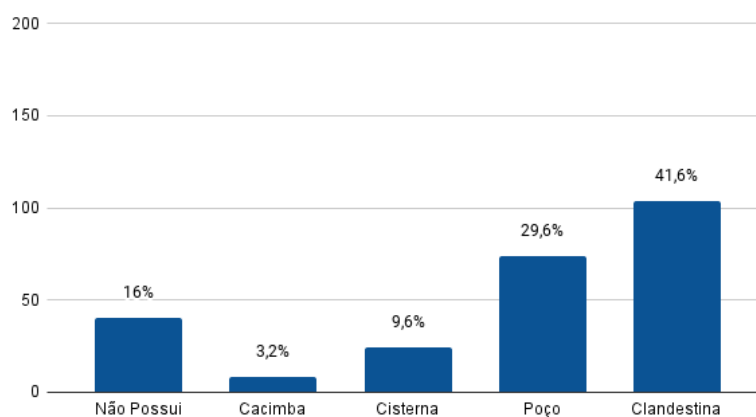
Figura 9- Número de cômodos



Fonte: Elaborado pela autora

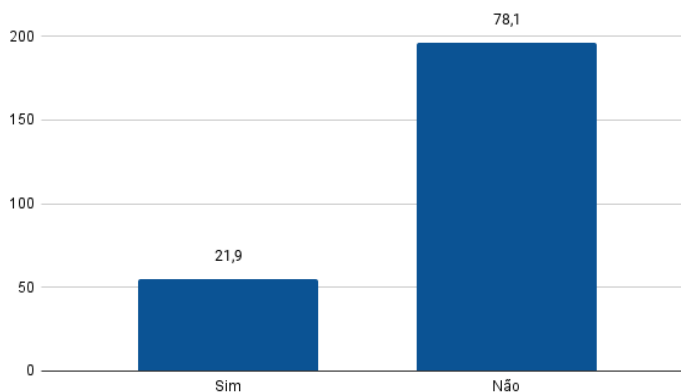
No que diz respeito à fonte de água 41,6% dos entrevistados fazem a captação de forma clandestina, 29,6% afirmam possuir poço artesiano coletivo, 9,6% cisterna, 3,2% cacimba e 16% não possui fonte regular de água. Quando perguntados sobre a captação de água da chuva (Figura 11), 78,1% dos entrevistados relataram que não faziam uso dessa forma de obtenção de água. O principal motivo era a falta de saneamento básico, que contribuía com o elevado número de ratos e insetos nos telhados e demais espaços das ocupações. Assim, a ausência de salubridade adequada expõe esta parcela da população a inúmeros agentes perigosos para a saúde, potencializando a proliferação de doenças.

Figura 10- Fonte de água



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 11-Captação de água da chuva



Fonte: Elaborado pela autora

Dessa forma, é possível afirmar que o ambiente das ocupações MTST é um espaço povoado majoritariamente por pessoas vítimas do racismo ambiental urbano, tendo em vista que as desigualdades impedem parcela significativa desses trabalhadores de obter condições básicas e adequadas para a dignidade e sobrevivência. Assim, a precariedade habitacional reflete claramente os impactos de um racismo ambiental brasileiro nas moradias (Almudi,2020).

6.2 ESTRUTURA FUNCIONAL DAS OCUPAÇÕES MTST/PE

As ocupações de terrenos urbanos representam as práticas espaciais primárias e fundamentais executadas pelo MTST/PE em sua atuação. De forma geral, são iniciativas coordenadas com o propósito de tomar posse de terrenos vazios e edifícios abandonados, a partir dos quais se inicia um processo de resistência e luta pela conquista de moradias e da autonomia das famílias sem-teto.

O MTST já conduziu mais de 48 ocupações em sua história em Pernambuco, das quais muitas permanecem ativas e envolvidas em atividades políticas. Esses espaços se estabelecem por meio de estratégias bem elaboradas em colaboração entre líderes e famílias, como é evidenciado na declaração a seguir:

A ocupação do terreno urbano é a principal forma de ação do movimento. Acredito que a maior parte do nosso esforço está sendo gasto para construir e manter as ocupações. Com isso, as ocupações são mais do que a luta por moradia, elas são ferramentas para o fortalecimento e acúmulo de forças para alcançarmos nossos objetivos (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 29/12/2012, em Recife).

O MTST é uma organização coletiva, a organização eficaz e a abordagem sistemática das ocupações são elementos que caracterizam os movimentos sem-teto, diferenciando-os de outros movimentos sociais urbanos ou de luta por moradia. As razões que motivam a realização de uma ocupação, conforme indicado pelas lideranças, geralmente estão alinhadas com as necessidades da população. No entanto, o número de ocupações pode ser influenciado por desacordos com ações governamentais específicas.

Quando questionados sobre a organização de uma ocupação, um dos coordenadores relata:

Uma ocupação se inicia a partir de diálogos entre famílias em situação de necessidade e coordenadores experientes. Não tomamos a decisão de ocupar um local sem um planejamento cuidadoso. Preparamos o terreno por mais de três meses, avaliamos o acesso ao transporte público e outras questões relevantes. As famílias só ficam sabendo que irão ocupar o espaço no próprio dia da ocupação. Ao chegarmos lá, realizamos a distribuição dos lotes, garantindo que cada família receba um lote de tamanho semelhante, embora muitas vezes sejam pequenos devido ao grande número de famílias envolvidas. Na mesma noite da ocupação, estabelecemos uma coordenação local para organizar o espaço. Hoje em dia, não desejamos permanecer em uma ocupação por mais de seis meses, pois isso é considerado desumano. Nossa intenção é realizar um ato para chamar a atenção das autoridades municipais e governamentais. Enquanto estamos na ocupação, estabelecemos regras a serem seguidas. Contamos com coordenadores locais e apoio. Por exemplo, se há um portão, organizamos equipes de segurança separadas para homens e mulheres, garantindo uma segurança adequada. (Entrevista realizada com um dos coordenadores do MTST/PE em 15/12/2022, em Recife).

Dessa forma, é importante destacar que as ocupações incorporam em suas práticas uma natureza política, orientada por coordenadores e fundamentada em dinâmicas de poder, com o objetivo de estabelecer um novo modelo de organização social e político. Em muitos casos, essa nova abordagem consegue desafiar o sistema capitalista, frequentemente sobrepondo-se ao sistema de propriedade predominante e introduzindo diferentes formas de direitos de propriedade. Isso, por sua vez, contribui para a construção da liberdade e da autonomia das famílias sem-teto.

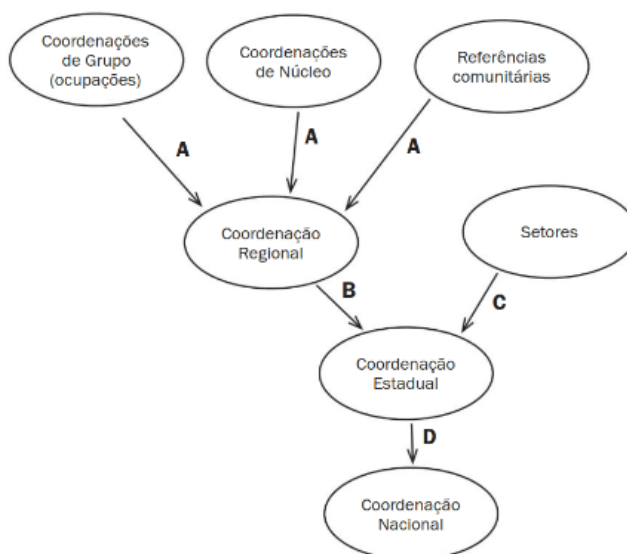
No começo de uma ocupação é feito um levantamento dos dados do terreno, quem faz isso é a brigada jurídica para ver se de fato aquele terreno ou edifício entra nos critérios do movimento. Depois vem a brigada de arquitetura e faz a medição dos terrenos e vê a melhor forma de organização dos barracos. Sempre temos reuniões com as famílias para repassar os objetivos da luta e as regras de convivência. O principal critério é a participação na luta, muitas pessoas fazem parte do movimento, mas não moram, porque ela ainda consegue pagar seu aluguel. Tudo bem! Ela continua sendo uma pessoa sem teto, ela não tem casa no nome dela, ela é uma pessoa que paga aluguel, então é sem teto. Porque sem teto não é só aquele que não tem onde morar, é aquele que paga aluguel, aquele que coabita na casa de um avô de um tio,

que a avó deu um quartinho pra ele morar, que casa, constroi família e continua na casa de parente, esse também é uma pessoa sem teto e faz parte do movimento com os mesmos direitos de quem mora. Quem quer morar a gente pergunta. Todo mundo já tem esse conhecimento se precisa ou não precisa, e só vai morar quem realmente tem a necessidade. Aí a gente divide o espaço igualmente para todo mundo. (Entrevista realizada com membro da ocupação 08 de Março do MTST/PE em 15/12/2022, em Recife).

A estrutura organizacional do movimento baseia-se na horizontalidade, onde as decisões são tomadas de forma conjunta e discutidas entre todos os integrantes do assentamento. Além disso, as pessoas envolvidas no movimento são incentivadas a se posicionar e têm sua voz ouvida. Em geral, existem três tipos de divisões, chamados de coletivos. O primeiro é o coletivo político (Coordenação estadual e coordenação nacional), encarregado das decisões políticas gerais do movimento em nível estadual e nacional. O segundo é o coletivo organizativo (Setores), responsável pelas decisões, execução de tarefas e atendimento de necessidades imediatas, importantes para a construção do movimento. O terceiro coletivo é o territorial (Coordenação de acampamento, coordenação de núcleos e coordenação regional), com a função de organizar o trabalho territorial do MTST e seu espaço de atuação.

A imagem abaixo ilustra a estrutura interna da organização do movimento:

Figura 12: Forma de Organização do Movimento



Fonte: Cartilha do Militante

Assim, o movimento estabelece condições para os trabalhadores se organizarem em seus territórios, por uma identidade coletiva em torno de uma série de reivindicações e lutas.

Para facilitar a comunicação e viabilizar esse processo organizacional, cada ocupação conta com coordenadores locais. Além disso, esses coordenadores exercem um papel importante na mediação de conflitos. É importante destacar que, devido ao elevado nível de precariedade, exposição a riscos e vulnerabilidade, as famílias estão constantemente mais focadas em benefícios materiais imediatos, como a obtenção de terras ou moradias. Dessa forma, as coordenações locais, estaduais e nacionais assumem um papel de liderança, no sentido de estimular a conscientização do caráter político e transformador da causa.

Diante disso, o ambiente das ocupações analisadas é caracterizado por uma organização democrática e participativa, fundamentada na conscientização e empoderamento dos cidadãos na busca por seus direitos. Há um sistema de gestão articulado ao processo participativo, por meio da colaboração de seus integrantes que compartilham as tomadas de decisões, as regras de convivência e critérios para entrega de moradia. Dessa forma, os benefícios e prejuízos dentro de uma ocupação são coletivos e não individualizados.

6.2.1 Espaço físico da ocupação Carolina de Jesus

A ocupação surgiu em meados de fevereiro de 2017 (Figura 16), quando várias famílias decidiram corajosamente estabelecer um novo espaço na cidade do Recife, impulsionadas pela necessidade imediata de encontrar moradia. Em um local que anteriormente era apenas um terreno abandonado, cheio de vegetação, entulhos e lembranças negativas, surgiu a esperança de uma nova vida com a criação da ocupação.

O nome da ocupação foi uma homenagem à Carolina Maria de Jesus, natural da cidade de Sacramento, sudeste de Minas Gerais, foi uma das primeiras autoras negras publicadas no Brasil, e sua obra tem relevância não só literária, mas também política. Suas principais obras são: Quarto de despejo (1960) e Casa de alvenaria (1961). A adoção do seu nome, pelo MTST, simboliza a retomada da força das mulheres periféricas negras e lutadoras dos movimentos sociais.

A abordagem colaborativa da política adotada pelo MTST tem um impacto direto na organização espacial e social da ocupação. Na ocupação Carolina de Jesus, apenas os barracos individuais dos ocupantes são considerados espaços privados, todas as demais atividades e espaços são compartilhados. Esses espaços coletivos incluem a horta (Figura 13), cozinha, creche (Figura 14) e o parque de brinquedos infantis (Figura 15).

Figura 13- Horta da Ocupação Carolina de Jesus



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 14- Parte interna da Creche da Ocupação Carolina de Jesus



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 15- Espaço de lazer infantil da Ocupação Carolina de Jesus



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 16- Início da Ocupação Carolina de Jesus



Fonte: Elaborado pela autora

A ocupação fica no bairro da Mangueira e concentra mais de 200 famílias reunidas em um terreno que pertencia parte ao poder público, parte a iniciativa privada. No que diz respeito a parte do poder público, a finalidade original era um projeto de ampliação do Terminal Integrado de Passageiros do Barro, entretanto, o terreno se encontrava desocupado. Após 7 anos de existência a ocupação continua desempenhando seu papel de influenciadora na configuração do espaço urbano, trabalha incansavelmente para que as famílias alcancem a vitória da moradia, tendo em vista que a ocupação está inserida em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e conforme definido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Recife, essa área deve ser designada para atender às necessidades de habitação popular.

Em vivências na ocupação, percebeu-se que as condições são bastante precárias e difíceis. São constantes as ameaças e riscos de despejos. Vale salientar que, de acordo com dados do relatório Luz (2023), as metas relacionadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 11 da ONU atingem seu quarto ano de retrocesso. A falta de investimentos em habitação de interesse social tem contribuído para o aumento do déficit habitacional, agravado pela pandemia, pelas mudanças climáticas e pelo descaso do governo federal em relação às políticas sociais. Um estudo da Campanha Despejo Zero revelou que, entre agosto de 2020 e maio de 2022, houve um aumento de 333% no número de famílias despejadas no Brasil.

Dadas essas dificuldades e a falta de recursos, são desenvolvidas estratégias para evitar que a solidariedade enfraqueça, principalmente para garantir que ninguém seja deixado

para trás. A manutenção e a organização do assentamento são feitas pelos ocupantes e coordenadores, incluindo coordenadores locais e estaduais. É importante destacar que esses coordenadores não são obrigados a residir na ocupação em tempo integral, mas eles estão presentes em horários específicos durante o dia para prestar apoio aos moradores.

As famílias que vivem na ocupação seguem um conjunto de regras para organizar suas vidas diárias. Apesar das condições precárias na ocupação existe um forte senso de união que motiva a luta e contribui para a conscientização política dos moradores. Dentro dos espaços coletivos da ocupação, não é recomendado o consumo de álcool, venda ou troca de barracas, pois o valor mais importante é a solidariedade entre os ocupantes. Realizam-se reuniões com os moradores e registram-se listas de presença, que são usadas para garantir benefícios adicionais aos ocupantes que mais colaboram. Embora não seja obrigatório para todos os moradores viverem em seus barracos, é essencial que eles participem das reuniões, práticas educativas e eventos do movimento. Observou-se, que alguns moradores optaram por não passar a noite em seus barracos, mas ainda frequentam a ocupação durante o dia e nos fins de semana, cumprindo suas responsabilidades coletivas.

Os barracos têm área média de três e quatro metros quadrados, se organizam em filas, uns atrás dos outros, ladeados por vias de pedestres sem calçamento, identificados por grupo “Gs” e numerados. O esgoto corre livremente entre os barracos (Figura 17) e muitos barracos estão com madeira em péssimo estado de conservação (Figura 18), no entanto, crianças moradoras da ocupação brincam e correm despreocupadas até seus barracos com os pés descalços em meio à lama, cascalhos e vegetações (Figura 19), aparentemente, para elas, tais situações são naturalizadas.

Figura 17- Esgoto correndo livremente na Ocupação



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 18- Estado de conservação de madeiras do barracos



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 19- Lama e cascalhos das vias de circulação entre barracos



Fonte: Elaborado pela autora

A iluminação é clandestina e é possível ver fios de energia transpassados por toda a ocupação, bem como a instalação de postes de energia feitos pelos próprios moradores. A pobreza energética reflete o racismo ambiental. Vale salientar que a obtenção de eletricidade é mais desafiadora para residências compostas por indivíduos negros e/ou lideradas por mulheres, especialmente aquelas situadas nas periferias, as quais enfrentam maior incidência de cortes de energia por períodos prolongados (IBGE, 2022).

A água também é de fonte clandestina e existe um ponto d'água que liga-se aos barracos, as condições de saneamento básico são improvisadas pelos ocupantes. Dessa forma, é urgente a plena universalização do acesso a eletricidade, água e saneamento, tendo em vista que esses grupos são os mais afetados diretamente pelos impactos adversos da emergência climática e do racismo ambiental (Relatório luz, 2023).

6.2.2 Espaço físico da ocupação Cozinha Solidária

A ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto Cozinha Solidária Vila Santa Luzia (Figura 20) foi estabelecida no bairro da Torre em 2021 (Figura 20). Atualmente, ela oferece almoço de segunda a sexta-feira para cerca de 123 famílias cadastradas. Apenas uma coordenadora local e seu marido vivem nas instalações da ocupação; todos os outros beneficiários chegam ao local no horário previamente determinado com seus próprios recipientes para receberem sua refeição. As refeições são preparadas no local por duas integrantes do movimento, com a ajuda ocasional de uma equipe de voluntários (Figura 21). Vale salientar, que periodicamente o movimento tenta promover a rotatividade para evitar sobrecarregar seus voluntários. As famílias beneficiadas obedecem a uma disciplina rígida com relação à organização da vida cotidiana. Apesar da precariedade há um clima dominante de luta motivado pela solidariedade e colaboração, que fortalece a formação e politização dos ocupantes. Nas instalações da Cozinha Solidária da Torre não são permitidos consumo de bebida alcoólica, comércio, venda ou troca de alimento, pois “a moeda é a solidariedade”. A coordenadora local do espaço frequentemente passa listas de presença, que são contabilizadas para a organização na distribuição das refeições.

Figura 20- Cozinha Solidária



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 21- Espaço de preparo dos alimentos



Fonte: Elaborado pela autora

A área ocupada pela ocupação pertence ao poder público e está localizada em uma parte privilegiada da zona norte do Recife. Vale ressaltar que o bairro da Torre é conhecido por ter fácil logística para a realização das atividades cotidianas, com proximidade de supermercados, bares e farmácias, além de ser uma zona de fácil acesso a outros locais da cidade. Dessa forma, logo após a ocupação, um mandado de reintegração de posse foi rapidamente expedido, e a ocupação foi monitorada por policiais em todos os dias de sua implantação, na tentativa de intimidar o movimento. No entanto, devido à fragilidade alimentar causada pelo contexto da pandemia, as negociações com o poder público favoreceram o movimento, e a ocupação permanece ativa, completando 2 anos de atuação em 2023.

Dessa forma, a cozinha solidária opera diariamente, oferecendo almoços gratuitos para as famílias vulneráveis que residem nas áreas periféricas da cidade. O principal objetivo é garantir que todas as famílias das regiões periféricas tenham acesso à alimentação saudável e equilibrada. Em um momento de pós- pandemia e dificuldades econômicas, a distribuição de refeições prontas é especialmente benéfica para mulheres, crianças e idosos.

6.2.3 Espaço físico da ocupação 08 de Março

A ocupação 08 de Março do MTST, fica localizada em Boa Viagem, bairro situado na Zona Sul da cidade do Recife. O assentamento concentra mais de 150 famílias reunidas em um terreno. O processo da ocupação foi iniciado em meados de setembro de 2021, em um terreno inutilizado e abandonado, de propriedade da incorporadora Anbar Participações. Segundo os coordenadores da ocupação, o espaço apresentava um passivo financeiro considerável, totalizando quase R\$ 500 mil em débitos com o município e a União.

Esse terreno preenche todos os requisitos legais para considerarmos uma eventual desapropriação, chegando até mesmo a ser objeto de leilão promovido pela prefeitura. Temos documentos que atestam a ausência de qualquer empreendimento neste local ao longo das últimas duas décadas, sendo predominantemente utilizado para fins de especulação imobiliária. Moradores nas imediações declaram que não presenciaram nenhuma atividade acontecendo nesse terreno há mais de três ou quatro décadas. (Entrevista realizada com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 14/12/2022, em Recife).

A ocupação foi denominada de 08 de Março como homenagem às mulheres, especialmente às mulheres negras, que foram as mais impactadas durante a pandemia da COVID 19. Assim, a escolha do nome dessa ocupação pelo MTST representa a reafirmação do poder das mulheres negras e combativas das periferias nos movimentos sociais.

Figura 22- Portão de entrada da Ocupação 08 de Março do MTST/PE



Fonte: Elaborado pela autora

Os barracos, que possuem área média de três a quatro metros quadrados, sem sistema de ventilação, organizam-se em filas, uns atrás dos outros, ladeados por vias de pedestres sem calçamento, identificados por grupos “G1 e G2” (Figura 23). Fato que contraria as recomendações do já mencionado Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1991 da Organização das Nações Unidas (ONU), o qual estabelece que, para configurar uma moradia digna, o ambiente deve proporcionar liberdades expressas pelo direito de escolha de uma residência que assegure privacidade aos moradores, garantias, meio de segurança de posse, acesso igualitário à habitação e participação popular nas decisões relacionadas ao tema, bem como proteção, especialmente contra remoções forçadas.

Figura 23- Organização dos barracos



Fonte: Elaborado pela autora

Os barracos não contam com um sistema de esgoto eficiente, dessa forma, observou-se água de uso doméstico escorrendo livremente pelo terreno da ocupação. Para facilitar o escoamento da água e evitar o aumento da quantidade de lama, alguns moradores cavam pequenas valas improvisadas que conduzem a água para a rua (Figura 24). A iluminação é clandestina, o desvio da energia elétrica e a instalação de pontos de iluminação nos barracos é feita pelos próprios moradores. É possível ver os fios de energia transpassando toda a ocupação, bem como a instalação de postes de madeira para a condução de energia, feitos pelos próprios moradores.

Figura 24- Valetas entupidas



Fonte: Elaborado pela autora

A fonte de água na ocupação também é clandestina, cada morador fica responsável por sua fonte de água. No entanto, existe um ponto d'água coletivo que liga-se aos banheiros e ao espaço destinado à lavagem de roupas. Vale salientar que devido ao número de famílias e ao espaço reduzido, os banheiros são de uso coletivo, separados entre masculino e feminino. Internamente, possuem bacias sanitárias, uma pia e um chuveiro. Sua utilização entre os moradores da ocupação é organizada por meio de fila e a limpeza funciona de maneira coletiva, em um esquema de rotatividade (Figura 25).

Figura 25- Banheiro coletivo (externamente)



Fonte: Elaborado pela autora

A lavanderia coletiva da ocupação fica ao lado do espaço destinado aos banheiros, tem uma torneira e parte da água também fica armazenada em caixas d'água e baldes no chão. Essa mesma área é a de secagem, no entanto, a maioria dos moradores prefere botar suas roupas próximas a seus barracos para evitar furtos.

A ocupação também conta com um espaço educativo e cultural para as crianças (Figura 26). Neste espaço voluntários e parceiros do movimento realizam reforço escolar, leitura infantil, oficinas, brincadeira e diversas atividades coletivas (Figura 27). Além disso, existe um espaço central externo aos barracos, destinado a horta comunitária urbana (Figura 28). Esse espaço também funciona como área de convivência em que os moradores da ocupação passam o dia-a-dia, pois, devido ao tamanho reduzido dos barracos e questões externas como o calor.

Figura 26-Espaço educativo (externamente)



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 27-Espaço educativo (Internamente)



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 28- Horta da ocupação 08 de Março



Fonte: Elaborado pela autora

Durante as entrevistas, os coordenadores pontuaram que a ocupação procura estar sempre em movimento, seja com mutirões, atividades para as crianças ou buscando a

construção de novas redes de apoio, para trazer pessoas de fora como aliados para beneficiar e fortalecer o espaço da ocupação.

6.2.4 Resignificações do espaço urbano

Após as territorializações, a ressignificação do espaço se destaca como uma das práticas mais significativas realizadas pelo MTST/PE em sua atuação na Região Metropolitana do Recife. Em termos simples, esse processo envolve a capacidade dos sem-teto de conferir novos significados, valores e utilidades a determinados espaços urbanos. Em muitos casos, essa prática serve como justificativa para as ocupações realizadas pelo movimento. Durante a vivência nas ocupações observou-se relatos que no início, era comum que os membros do MTST justificassem as ocupações alegando que estavam transformando locais anteriormente associados à prostituição e ao tráfico de drogas em comunidades organizadas que cumprem a função social da propriedade (Santos, 2013).

Merece destaque a política de implantação de hortas comunitárias no ambiente das ocupações. Essa prática, além de ressignificar o espaço urbano, contribui com o acesso direto a alimentos frescos e saudáveis para os moradores desses territórios, áreas onde a segurança alimentar é limitada. Além disso, segundo o jornal Folha de Pernambuco (Figura 29), as hortas comunitárias são ótimos espaços para educar as pessoas sobre o cultivo de alimentos, a importância da agricultura sustentável e o valor da biodiversidade.

Figura 29-Notícia da mídia local sobre hortas urbanas



Fonte:Jornal Folha de Pernambuco

Dessa forma, as ocupações basearam-se nesse processo de ressignificação, no qual os sem-teto desempenham o papel de transformar territórios considerados ingovernáveis em bairros populares em desenvolvimento. A investigação e o estudo das ocupações urbanas possibilitam uma compreensão mais profunda da dinâmica espacial da população em análise,

uma vez que estão diretamente ligados à compreensão das necessidades de seus habitantes. Esse processo resulta em uma abordagem participativa, na qual todos os moradores podem desempenhar um papel ativo na construção da comunidade e, assim, desenvolver um forte senso de pertencimento.

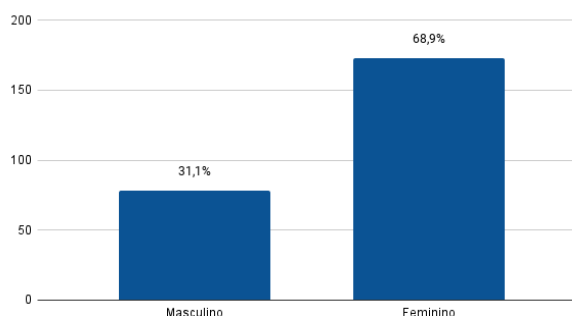
6.3 AVALIAÇÃO DAS VULNERABILIDADES SOCIAL E ECONÔMICA DOS TRABALHADORES

Os resultados foram obtidos mediante a análise de questionários e entrevistas aplicados em 3 ocupações de entrada do MTST no Recife, que se encontravam em funcionamento durante a pesquisa de campo ocorrida entre os meses de outubro de 2022 e abril de 2023. Objetivando avaliar as principais vulnerabilidades que estão expostas as famílias que vivem no território das ocupações do MTST.

6.3.1 Vulnerabilidade social

Para a compreensão do aspecto vulnerabilidade social, é fundamental compreender quem é a população que vive nesses espaços. Dessa forma, foram observados fatores como a distribuição por gênero (Figura 30), estado civil (Figura 31), e faixa etária (Figura 30). Observa-se que 68,9% dos trabalhadores sem teto são do sexo feminino e 31,1% do masculino. O fato desses territórios serem ocupados majoritariamente por pessoas do sexo feminino está associado às diferenças socialmente construídas entre homens e mulheres.

Figura -30 Gênero



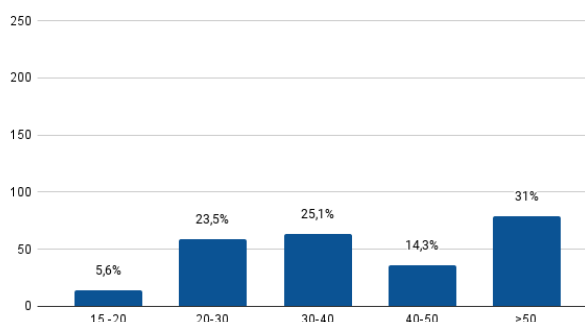
Fonte: Elaborado pela autora

As mulheres quase sempre sentem que o tempo não é seu, está todo ocupado com tarefas e obrigações que vão se encadeando umas às outras. A maior parte dessas tarefas tem a ver com cuidar das outras pessoas: cuidando da casa, da alimentação, da limpeza, das crianças, de pessoas doentes ou idosas. As mulheres muitas vezes também cuidam das relações entre as pessoas, nas famílias, entre vizinhos e comunidades. (Sempre Viva Organização Feminista – SOF, 2006, Pág. 53)

Dessa forma, as mulheres acabam sendo envolvidas em uma dinâmica na qual suas emoções e desejos pessoais são consistentemente desconsiderados. A figura 31, refere-se à idade dos entrevistados. A representação entre 15 e 20 anos de idade foi de 5,6%, entre 20 e 30 anos de idade 23,5%, entre 30 e 40 anos de idade 25,1%, entre 40 e 50 anos de idade 14,3%, maiores de 50 anos de idade 31%.

A considerável porcentagem de pessoas maiores de 50 anos gera preocupação entre alguns coordenadores locais, tendo em vista que essa parcela da população segue caminhando rumo a um envelhecimento não saudável. Além disso, a ausência de emprego formal e da segurança habitacional, os tornam ainda mais vulneráveis a doenças, violências, negligências e abandono familiar e governamental.

Figura 31 -Faixa Etária

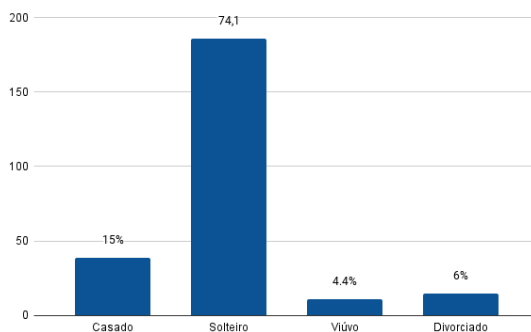


Fonte: Elaborado pela autora

No que se refere ao estado civil dos entrevistados (Figura 32), 15% são casados, 74,1% são solteiros, 4,4% são viúvos e 6% são divorciados. Revelando que a maior parte da amostra é constituída por famílias com apenas um representante financeiro. Vale salientar que durante a pesquisa de campo, observou-se que a representação financeira no ambiente das ocupações é predominante feminina, composta por mães solo, com poucas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, empregos mal remunerados, precários e informais. Outro fato considerável é a presença de filhos nessas famílias (Figura 33), dessa forma observou-se que 79,7% dos entrevistados possuem filhos, enquanto 20,3% não possuem. Para algumas

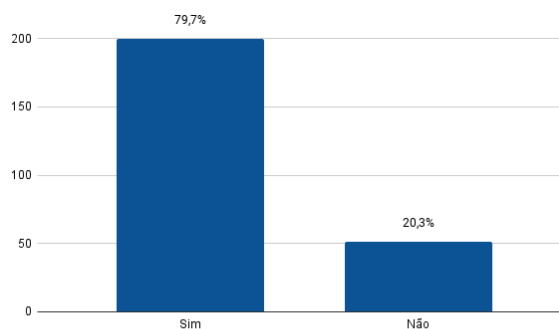
famílias os filhos são uma motivação na luta por moradia e uma possibilidade para melhoramento da renda.

Figura 32- Estado civil



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 33-Filhos

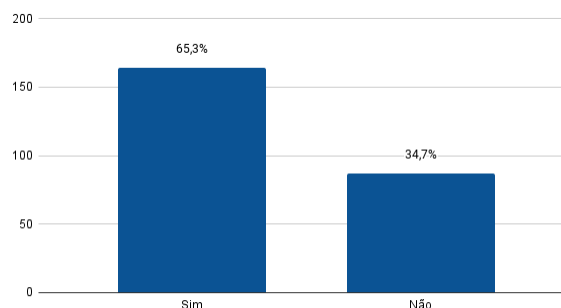


Fonte: Elaborado pela autora

Dos entrevistados que possuem filhos, 70% frequentam a escola. Esse valor satisfatório provavelmente está relacionado às ações educativas que ocorrem dentro dos espaços da ocupação, além dos programas governamentais de distribuição de renda, que tem como requisito obrigatório a presença de crianças e adolescentes no ambiente escolar. Pois, parte significativa dos trabalhadores sem teto afirmam que são beneficiários do programa bolsa família, uma iniciativa do Governo Federal para transferência de renda no Brasil, objetivando oferecer renda básica para as famílias em situação de pobreza.

Também é oportuno ressaltar que 100% da amostra está inserida na zona urbana. Dialogando diretamente a falta de saneamento básico, escuridão, insegurança e invisibilidade no que diz respeito ao cumprimento das políticas habitacionais e do plano diretor. Quando perguntados sobre o desejo de mudar de residência, 65,3% dos entrevistados responderam que gostariam de realizar a mudança(Figura 34). O principal motivo do desejo de mudança é o fato dessas famílias viverem em um ambiente de ocupação, expostos a diversas violências e com o risco iminente de despejo. Em contrapartida, 34,7% dos entrevistados não manifestaram o desejo de sair do local em que vivem, as principais motivações são os laços culturais, a rede de apoio construída com os demais companheiros do movimento, a baixa escolaridade e o medo de sofrer ainda mais violências e discriminações.

Figura 34-Mudar de Residência



Fonte: Elaborado pela autora

Quanto ao tipo de habitação, retomando a figura (Figura 8), revela-se que 12,4% dos entrevistados vivem em casas de taipa, 25,6% em alvenaria, e 62% dos entrevistados vivem em casas de tábua. Fato que ratifica a vulnerabilidade vivenciada por essa população por meio dos assentamentos humanos em área ou condições de risco (Barbosa, 1997).

No que diz respeito ao material usado na construção do teto desses espaços (Figura 35), nenhum dos entrevistados tem o teto constituído por palha, 4,8% possui teto de tábua, 88% possui o teto de telha, 3,6% possui o teto de laje e 3,6% dos entrevistados tem seu teto composto por materiais diversos.

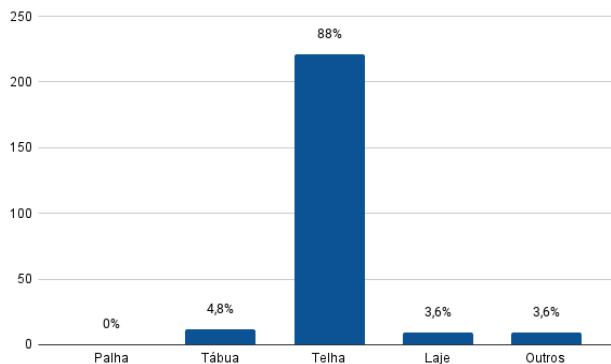
Vale destacar que a maioria dos entrevistados possui o teto de sua residência constituído por telhas, no entanto 89% indicam que suas telhas estão em mau estado. Esse dado pode se mostrar negativo, tendo em vista que, os entrevistados relataram grande quantidade de infiltrações, telhados danificados e com muitas goteiras que ocasionam a perda de alguns utensílios domésticos e prejudicam a saúde dos residentes.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), as condições de moradia precárias, superlotadas e insalubres são fatores de risco para doenças transmitidas pela água, como diarreia, e também podem aumentar a propagação de doenças infecciosas e respiratórias.

Quanto ao tipo de material usado na construção do chão em que vivem os entrevistados (Figura 36), 27,4% vivem em barracos de chão batido, 9,6% em tábua, 53% possuem chão de cimento e 10% tem piso de cerâmica.

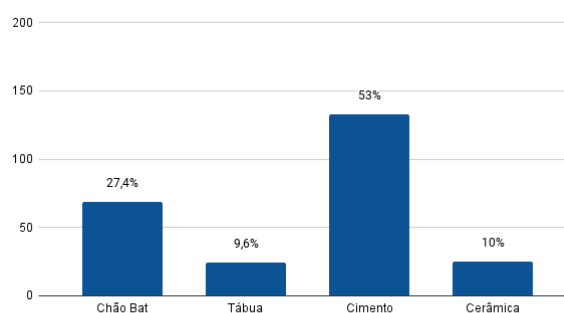
A figura 37 indica que a maioria dos entrevistados (76,5%) possuem coleta de resíduos sólidos próximo ao ambiente das ocupações, nenhum dos entrevistados enterra ou queima seus resíduos, no entanto, 23,5% dos entrevistados fazem a eliminação livre desses materiais, contribuindo com aumento da poluição nos espaços individuais e coletivos, fato preocupante, tendo em vista que a eliminação deste material sem nenhum tipo de tratamento pode alterar a paisagem, causando o mal cheiro e criando espaços adequados para proliferação de vetores de doenças.

Figura 35-Tipo de Teto



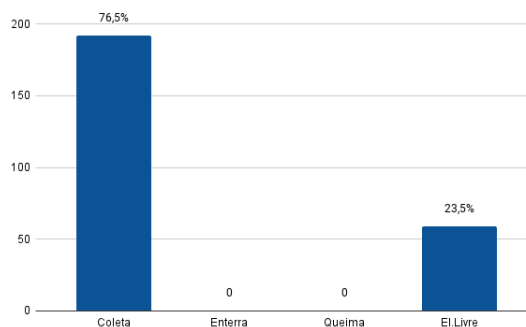
Fonte: Elaborado pela autora

Figura 36-Tipo Chão



Fonte: Elaborado pela autora

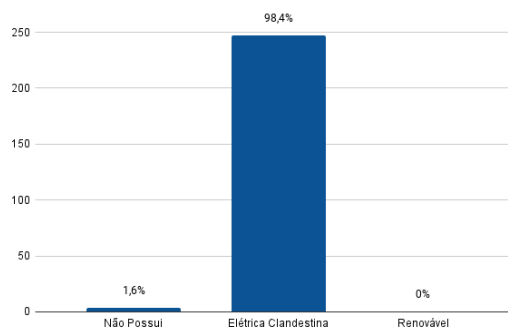
Figura 37-Tipo de Coleta



Fonte: Elaborado pela autora

Em relação ao tipo de energia, observou-se que não há uso de energia renovável. Apenas 1,6% dos entrevistados não possuem energia elétrica nos barracos. Dos 98,4% restantes que têm acesso à energia elétrica, obtêm-na de forma clandestina. Segundo os entrevistados, essa clandestinidade ocorre devido à falta de condições financeiras. Dessa forma, o sistema socioeconômico vigente estabelece que permanecer na legalidade tem um custo, e a falta de capital financeiro frequentemente leva os trabalhadores sem teto a viverem em situação de ilegalidade.

Figura 38-Fonte de Energia

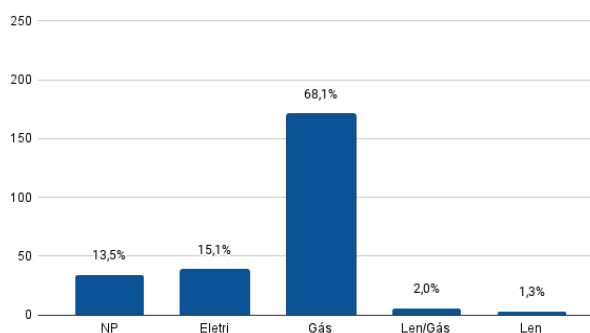


Fonte: Elaborado pela autora

A figura 39 indica que 13,5% dos entrevistados não possuem fogão em suas residências, esse grupo de entrevistados relatou que se alimenta em casa de familiares ou recebe marmitas de companheiros da ocupação e donos de estabelecimentos do bairro, fato que ratifica a vulnerabilidade por insegurança alimentar dessa população.

Possuem fogão elétrico 15,1%, 68,1% dos entrevistados possuem fogão a gás, isso ocorre devido a doações de botijões de gás, realizadas por instituições não governamentais no ambiente das ocupações. Soma-se a isso, o fato de que 2,0% dos entrevistados usam fogão de lenha e a gás, 1,3% dos entrevistados usam apenas fogão a lenha. Fato preocupante, tendo em vista, que segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o fogão a lenha é um dos maiores fatores ambientais causadores de morte no mundo.

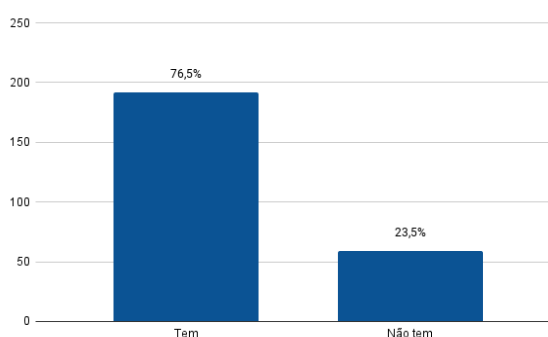
Figura 39: Tipo de fogão



Fonte: Elaborado pela autora

Quanto ao uso do telefone móvel/fixo (Figura 40), 23,5% não possuem e 76,5% possuem telefone. Assim, a ausência de um dispositivo móvel pode sinalizar desafios no que se refere à comunicação. Em uma sociedade profundamente interconectada, a habilidade de se comunicar por meio de um telefone é fundamental para diversas facetas do cotidiano, tais como procurar trabalho, manter vínculos com a família e amigos, acessar serviços públicos e de saúde, entre outras atividades essenciais. A carência de acesso a essas possibilidades de comunicação pode acentuar a vulnerabilidade social.

Figura 40: Telefone móvel/fixo



Fonte: Elaborado pela autora

No que diz respeito a sua percepção enquanto saúde física, cerca 37,8% afirmaram estarem satisfeitos e 60,2% afirmaram estar insatisfeitos. No que diz respeito a sua percepção enquanto saúde mental, cerca 60,6% afirmaram estar satisfeitos e 33,9% afirmaram se sentirem insatisfeitos. No que concerne à percepção dos trabalhadores sobre o quesito escolaridade, em torno de 35,1% estão satisfeitos e 60,6% insatisfeitos.

6.3.2 Vulnerabilidade econômica

Assim como na vulnerabilidade social, a compreensão do aspecto vulnerabilidade econômica se baseia na compreensão das vivências da população analisada, tendo em vista que a vulnerabilidade econômica é resultado da interação complexa entre múltiplos elementos. Durante a fase de interpretação de dados da pesquisa, observou-se que apenas 6,8% dos entrevistados possuem carteira assinada e 39,8% trabalham na informalidade (Tabela 3). Parte relevante dos entrevistados que sobrevivem por meio do trabalho informal, atuam como vendedores ambulantes nos terminais integrados de ônibus do Recife e região metropolitana.

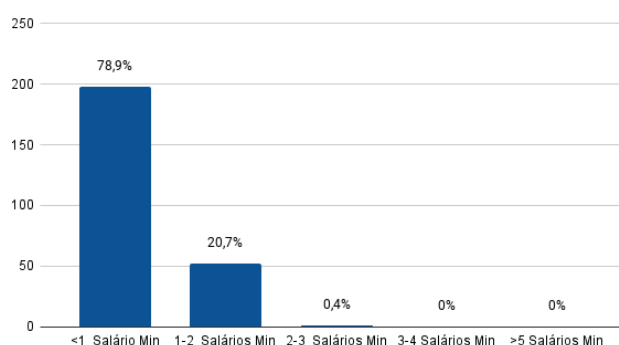
Tabela 3- Aspectos econômicos das ocupações MTST no Recife

Tipos de Trabalho	Sim%	Não %
Formal	6,8	93,2
Informal	39,8	60,2
Sem trabalho	53,4	46,6

Fonte: Elaborado pela autora

Ao serem questionados sobre os motivos que os levaram a viver em ocupações, cerca de 91,1% dos entrevistados declararam não ter condições financeiras para pagar o aluguel. Vale salientar que alguns ocupantes relatam não ter condições financeiras nem físicas para se manter no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal. Dessa forma, 53,4% dos entrevistados declararam não possuir nenhum tipo de trabalho. Quanto à renda mensal dessas famílias (Figura 41), 78,9% vivem com menos de um salário mínimo, 20,3% recebem entre 1 e 2 salários mínimos, 0,4% entre 2 e 3 salários mínimos e 0% recebem entre 3 e 5 salários mínimos.

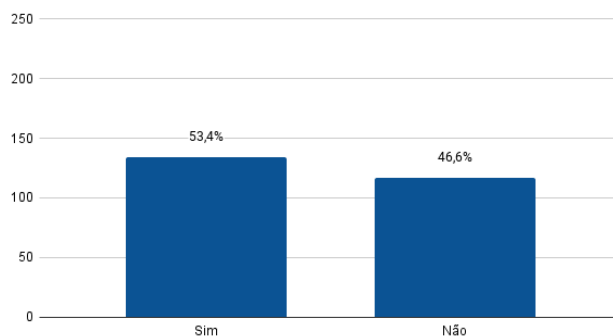
Figura 41: Renda mensal



Fonte: Elaborado pela autora

Ao serem indagados quanto a percepção em relação ao trabalho, 39% da amostra afirmou se sentir satisfeita com o exercício de suas funções trabalhistas. Pode-se observar que o principal motivo é a romantização do trabalho digno e honesto, além disso, muitos dos entrevistados são chefes de família, responsáveis pela obtenção de alimentos para vários dependentes. Dessa forma, a necessidade faz com que esses trabalhadores se submetam a situações insalubres, inseguras, com riscos à saúde em prol da obtenção da obtenção de sua renda. 36,3% dos entrevistados relataram insatisfação, eles pontuaram que o principal motivo para a insatisfação é a baixa remuneração, que é consequência da baixa escolaridade, os demais não souberam responder. Na figura 42, pode-se observar que 53,4% dos ocupantes disseram que recebem auxílio do governo e 46,6% não recebem ajuda governamental. O auxílio a qual esse item da pesquisa se refere são os programas assistenciais para famílias e cidadãos em situação de vulnerabilidade.

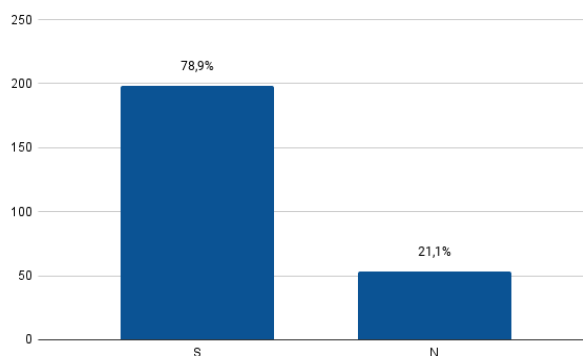
Figura 42:Auxílio Governamental



Fonte: Elaborado pela autora

No que tange ao desejo de ter seu próprio negócio (Figura 43), 78,9% dos entrevistados manifestam interesse, no entanto, lamentam a falta de oportunidades educacionais e a falta de políticas governamentais que lhes dêem acessos aos recursos, as formações e aos demais subsídios necessários. Quando questionadas sobre a política habitacional, 59,4% dos entrevistados relataram insatisfação.

Figura 43:Vontade de ser empreendedor



Fonte: Elaborado pela autora

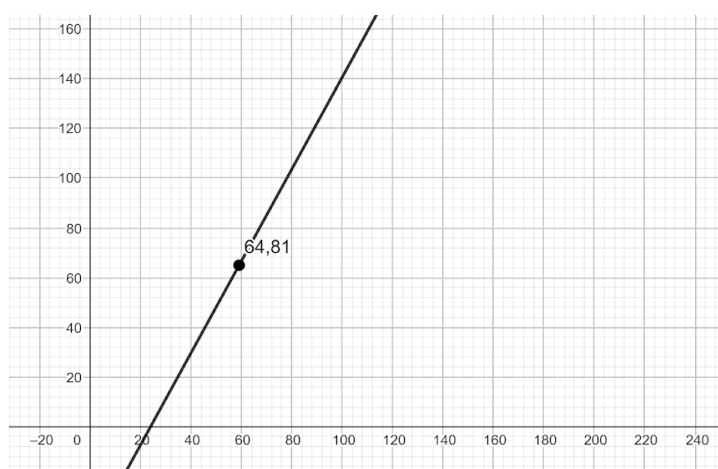
6.3.3 Avaliação das vulnerabilidades

Diante do exposto, após a análise dos questionários, foi determinada a vulnerabilidade global referente às dimensões social (Figura 44), econômica (Figura 45) e global (Figura 46). O valor da vulnerabilidade social determinado para as ocupações MTST do Recife foi de 64,813, indicando que os trabalhadores encontram-se expostos a uma elevada vulnerabilidade social.

O valor da vulnerabilidade econômica determinada para as ocupações do MTST do Recife foi de 127,77, indicando que os trabalhadores encontram-se expostos a uma vulnerabilidade econômica muito alta.

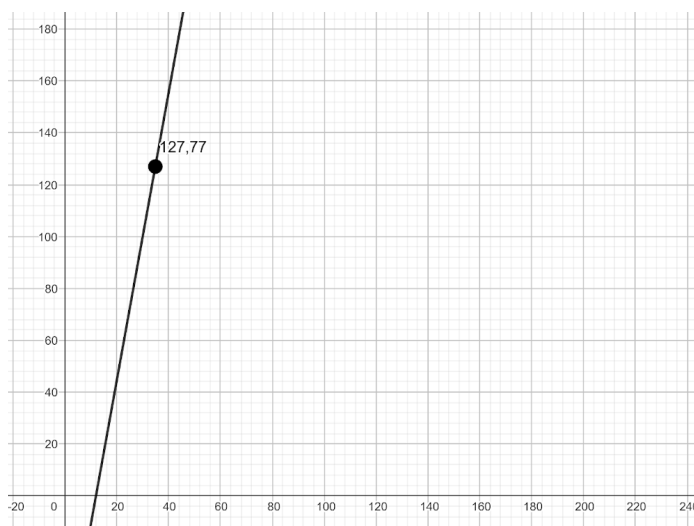
O valor referente a vulnerabilidade global foi 80,5, esses resultados indicaram uma vulnerabilidade global muito alta, revelando a enorme fragilidade social e econômica. Vale destacar que para Barbosa (1997) a vulnerabilidade acima de 45% é inaceitável para a manutenção da dignidade humana.

Figura 44:Fator vulnerabilidade social



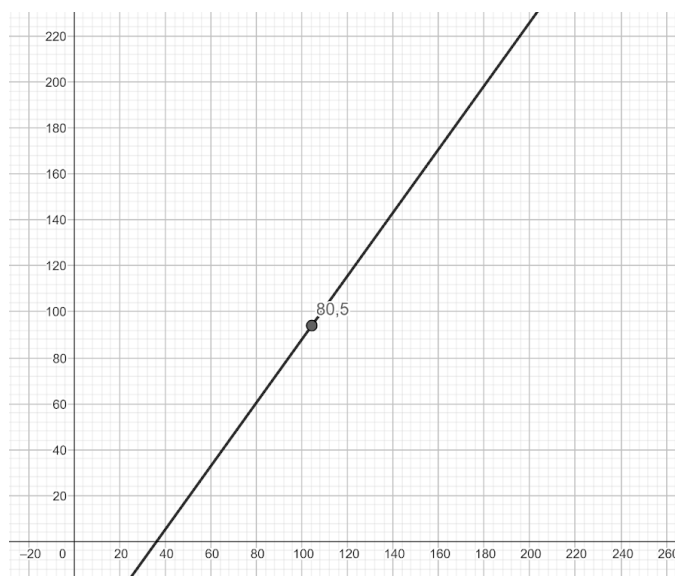
Fonte: Elaborado pela autora

Figura 45:Fator vulnerabilidade econômica



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 46: Fator vulnerabilidade Global



Fonte: Elaborado pela autora

Diante disso, os questionários retratam uma pequena parcela dos efetivos problemas urbanos vivenciados pela parcela mais pobre da cidade. Vale destacar que as reais dimensões dos problemas associados ao ambiente das ocupações são bem mais profundos, mas refletem de alguma forma a vulnerabilidade do ser humano frente ao déficit habitacional. São pessoas com baixo poder aquisitivo, fruto de um sistema socioeconômico segregador, que exclui e elimina as famílias mais vulneráveis por meio da omissão do Estado em políticas sociais.

Soma-se a isso outro agravante, a falta de condições para o acesso e permanência à educação, dessa forma famílias são sobrecarregadas e não conseguem romper o ciclo de vulnerabilidades, prolongando a problemática por gerações.

6.4 ANÁLISE DA DINÂMICA ESPACIAL DAS OCUPAÇÕES

Para um bom entendimento da dinâmica espacial das ocupações é oportuno considerar as práticas espaciais de resignificação dos espaços e a construção de redes socioespaciais como visto no item 4.2.4.

Assim, durante a análise das informações concedidas pelos militantes, observou-se que cerca 84,4% dos entrevistados manifestaram orgulho em pertencer ao movimento social e a viver no ambiente das ocupações. Apesar de todas as dificuldades e limitações das ocupações, é predominante o sentimento de orgulho, esse sentimento é motivado pelo processo de

ressignificação do espaço, processo pelo qual os trabalhadores sem teto podem se articular enquanto sujeitos políticos e dar novos significados, valores e novos usos de determinados espaços urbanos. É importante destacar que para Santos (2013):

A resignificação do espaço é a mais importante prática desempenhada pelo MTST/PE em sua atuação na RMR. Trata-se, em outras palavras, através do qual os sem-teto conseguem atribuir novos significados, novos valores e novos usos a certos espaços da cidade.

Também vale salientar que pelo fato de que as ocupações analisadas ocorrem em terrenos majoritariamente do poder público, assim, a resignificação é uma das principais justificativas do ato de ocupar o espaço. Dessa forma, são comuns entre os entrevistados declarações de que se não fosse o surgimento da ocupação aquele lugar continuaria abandonado e servindo para a prostituição e tráfico de drogas.

É digno de nota ressaltar que atos de vandalismo são frequentemente comparados aos sem-teto, considerando-os como invasores de propriedade alheia (Boulos, 2015). No entanto, é importante destacar que os principais meios de comunicação na Região Metropolitana do Recife pertencem a grandes empresários do setor da construção civil e a grandes proprietários de terras. Por essa razão, nunca foi de seu interesse retratar de forma precisa a realidade dos sem-teto. Em vez disso, esses agentes do espaço urbano sempre promoveram seus próprios interesses como sendo os melhores para toda a cidade, estigmatizando aqueles que estão excluídos e legitimando seus próprios projetos para a cidade (Santos, 2013).

A verdadeira natureza da luta dos sem-teto como uma questão de classe se torna mais evidente na prática de redefinir os espaços. Sempre houve uma forte luta ideológica entre a visão burguesa das ocupações e da cidade e a perspectiva dos excluídos. Nas ocupações e nos protestos, os sem-teto também reinterpretam o papel de muitos outros espaços na cidade. Um dos espaços mais notáveis que é reinterpretado é o dos terrenos urbanos e da propriedade privada. Ao ocupá-los, os sem-teto destacam a importância da função social desses terrenos, demonstrando que não é suficiente ter o título de propriedade, pois é necessário usá-los para fins socioeconômicos (Trindade, 2018).

Dessa forma, resignificações dos espaços e construção de redes socioespaciais inclui os espaços privados e públicos. Nas ocupações e nos protestos, os sem-teto resgatam a função primordial desses locais, que é servir como pontos de encontro para atividades políticas. É importante pontuar que, em articulação com o movimento dos trabalhadores teto, esses trabalhadores excluídos do meio urbanos têm a capacidade de restabelecer o sentido de comunidade nas cidades, contrapondo-se à noção de que esses espaços servem apenas à

acumulação de capital conforme imposta pelo sistema capitalista de produção. Portanto, os sem-teto também conseguem revitalizar os espaços públicos ao conferir-lhes uma dimensão política, ao territorializá-los.

6.5 SITUAÇÃO SOCIOESPACIAL NA PERSPECTIVA DOS URBANISTAS

O direito à cidade abrange o desfrute de uma ampla gama de recursos e serviços, incluindo terrenos urbanos, habitação, cuidados com o meio ambiente, estrutura e planejamento urbano, oportunidades de emprego, atividades de lazer, transporte e utilidades públicas. No entanto, a maioria dos habitantes de áreas urbanas no Brasil não usufrui dessas condições essenciais, devido a um cenário de disparidades socioespaciais. Dessa forma, Para compreender parte da questão urbana das ocupações MTST do Recife, é oportuno considerar as relações entre a expansão urbana e vulnerabilidade socioeconômica. Para esse caso, houve a captação de informações sólidas, por meio de fontes secundárias, junto a urbanistas que subsidiaram com elementos concretos esse item.

Em uma entrevista concedida a para o programa Milênio, da GloboNews (2014), o urbanista Alexandros Washburns declarou:

Encare tudo como se pertencesse ao público. Assim tudo depende de uma decisão. Quem usa quanto daquele espaço? Quando? Por quê? Essa é a função. Mas por baixo disso está a crença de que todo mundo vai a todo lugar. E, para mim, o espaço público é uma ferramenta. É a forma como uma cidade colabora com a justiça social. Viver numa cidade nos ajuda a entender que, independentemente de quanto dinheiro temos, somos iguais. E o espaço público é o único lugar da cidade no qual um bilionário e um engraxate podem se encontrar, conversar em igualdade de condições e ter os mesmos direitos.

Assim, os espaços públicos urbanos devem ser vistos como instrumentos de ratificação da democracia e justiça. Em relação ao acesso a espaços públicos, observou-se por meio das entrevistas uma ambiguidade, pois embora 98,4% dos entrevistados tenham declarado estar satisfeito com o serviço de transporte público, ainda há um baixo índice de acesso dessa população nos espaços públicos de lazer, cultura e esportes. Os principais motivos podem ser observados na declaração abaixo:

A gente não costuma sair muito pra eventos em praças, teatros e nem museus, uma parte é mais pelo costume mesmo. Mas, também tem a parte da distância e dos custos, a gente tem um metrô perto, tem parada de ônibus na porta, mas quando chegar lá vamos fazer o que? Nem sabemos o que vai ter, e também nesses lugares as coisas são

caras e ficamos constrangidos por não ter como comprar, além disso, as pessoas ficam reparando nas nossas roupas, na forma como a gente fala. Eu prefiro ficar no meu barraquinho, eu só costumo ir quando tem alguma ação do movimento. (Entrevista realizada com membro da Brigada de Arquitetura e Urbanismo do MTST/PE em 11/02/2023, em Recife).

A desigualdade socioespacial é influenciada por diversos fatores, e um deles é a localização das habitações em relação aos locais de lazer e trabalho. A distância entre esses dois pontos gera uma sobrecarga diária nos deslocamentos, além disso a falta de acesso a informações e a baixa divulgação de eventos culturais, esportivos e de lazer gratuitos, dificultam o acesso à cidade por parte da população mais vulnerável.

Para a arquiteta e urbanista Ermínia Maricato, o urbanismo no Brasil, referindo-se ao planejamento e à regulamentação urbana, não está focado na realidade prática, mas sim em uma ordem que se aplica apenas a uma parte específica da cidade (Maricato, 2000). Dessa forma, no que diz respeito ao acesso da população vulnerável aos espaços valorizados a urbanista conclui:

[...] há os pobres – com toda a diversidade já exposta -, em cuja proximidade imóveis novos ou reformados são desvalorizados, coerentemente com os valores 4426 de uma sociedade que além de patrimonialista (e por isso mesmo) está entre as mais desiguais do mundo. Aceita-se que os pobres ocupem até áreas de proteção ambiental. As Áreas de Proteção dos Mananciais (são quase 2 milhões de habitantes apenas no Sul da metrópole), as encostas do Parque Estadual da Serra do Mar, as favelas em áreas de risco, mas não se aceita que ocupem áreas valorizadas pelo mercado, como revela a atual disputa pelo centro (Maricato, 2015, p. 58).

A exclusão no contexto urbano, que se manifesta através da extensa ocupação ilegal do solo urbano, não é reconhecida na representação da "cidade oficial". Essa realidade não se encaixa nas categorias do planejamento modernista/funcionalista. No entanto, dependendo da perspectiva adotada, essa ocupação é altamente disfuncional em várias áreas: prejudica a sustentabilidade ambiental, mina as relações democráticas e a igualdade, afeta a qualidade de vida nas cidades e limita o exercício da cidadania. A segregação espacial e todos os problemas

que a acompanham, como a falta de saneamento ambiental, os riscos de deslizamentos, inundações e a violência, estão diretamente relacionados a essa situação (Maricato, 2000).

6.6 ALTERNATIVAS PARA MELHORIAS NA LUTA POR MORADIA E COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL NAS OCUPAÇÕES MTST

6.6.1 Fortalecimento da sociedade civil

As políticas sociais de habitação no Brasil representam a resposta do Estado às demandas dos trabalhadores, frequentemente impulsionadas pela influência do ativismo social, especialmente no contexto do direito à moradia. Esse cenário desempenha um papel fundamental na configuração das cidades e da habitação no território nacional. Assim, os movimentos sociais urbanos focados na moradia e as políticas governamentais devem trabalhar em conjunto, de forma dinâmica, para moldar a experiência da organização socioespacial das cidades brasileiras.

Nesse embate, o fortalecimento da sociedade civil desempenha um papel fundamental nos movimentos sociais urbanos, especialmente nos últimos tempos, conforme evidenciado pelas experiências desenvolvidas e regulamentadas pelo MTST, aproveitando os avanços legais proporcionados pela Constituição Brasileira de 1988 e pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001) que coloca ênfase na função social da cidade e no acesso à terra como elementos-chave. A legislação busca regular a propriedade urbana de forma a assegurar a habitação para a maioria da população, com o objetivo de combater a desigualdade nas cidades. No entanto, apesar de sua eficácia jurídica, o Estatuto da Cidade muitas vezes não alcança a eficácia social devido à influência de uma elite urbana com grande poder político no Brasil (Maricato, 2000).

Na presente época, observa-se um aumento significativo da exclusão social e desigualdade, onde uma minoria com recursos financeiros ocupam as áreas centrais das cidades, enquanto a maioria, que vive em condições urbanas precárias, habita as periferias ou ocupa regiões ambientalmente vulneráveis. Vale salientar que a ocupação dessas áreas não se deve à ausência de leis ou planos urbanos, mas sim à carência de alternativas habitacionais acessíveis para a população de baixa renda (Rolnik; Cymbalista, 2000).

Ciente disso, as ocupações urbanas lideradas pelo MTST reconhecem e enfrentam diretamente essas tensões. Através da organização da sociedade civil por meio da ação coletiva e solidária de diversos grupos, que buscam ocupar locais que estão subutilizados em

relação à sua função social, potencializando a força popular em função do direito à moradia. Além disso, o movimento busca por meio do fortalecimento social romper com as bases desiguais do sistema socioeconômico vigente, conforme a declaração:

A situação é alarmante, cada vez aumenta a destruição das pessoas e do meio ambiente e isso precisa parar. A tarefa não é fácil e não vamos vencer com ações pontuais. Embora essas ações individuais sejam relevantes, elas não são capazes de grandes transformações. O sistema só será ultrapassado por meio do fortalecimento da sociedade, das ações coletivas, coordenadas, planejadas e conduzidas por militantes, conscientes e determinados. O processo de transformação da consciência começa na inquietação, evolui para a ação individual e finalmente para a ação coletiva, esse processo é diferente para cada pessoa. Acreditamos enquanto movimento, que devemos ter espaço para todas as formas de ação. Nenhuma ajuda é dispensável, assim caminharemos de forma mais efetiva, rumo a nossas vitórias. (Entrevista realizada com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 15/09/2023, em Recife).

Com base nisso, o fortalecimento popular é de fundamental importância, pois ele ocasiona a resistência da população vulnerável, gerando a motivação que leva as pessoas a acreditar em um futuro melhor. Como aspecto fundamental da essência humana, o que impulsiona as pessoas são as oportunidades de conceber uma moradia digna, o acesso à cidade, a educação e a democracia, pois questões fundamentais, embora frágeis, que devem ser mantidas como garantias permanentes. Portanto, o compromisso do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto se estende a todos aqueles que estão conscientes, ou que desejam se conscientizar a respeito da importância da luta pelos direitos como conquistas humanas em prol de uma sociedade mais humanitária e solidária, que devem ser constantemente buscados e preservados.

6.6.2 Educação popular e ambiental nas ocupações

Para tratar de impactos socioeconômicos e da vulnerabilidade associada aos moradores das Ocupações do MTST no município do Recife é importante dispor de ações de educativas com a perspectiva da construção de soluções para os problemas pertinentes, pautadas na orientação do entendimento diante dos conflitos sociais, econômicos e ambientais nos diferentes contextos culturais e políticos.

A educação popular está estreitamente relacionada aos segmentos populares, especialmente aos movimentos sociais que lutam contra práticas culturais e educacionais dominantes com o objetivo de estabelecer uma nova ordem social, cultural, política e epistemológica. Dessa forma, o movimento social alvo dessa pesquisa, possui bases na educação popular, influência importante na abordagem de assuntos relacionados aos interesses compartilhados e aos direitos dos membros da sociedade.

Entre esses temas, incluem-se a promoção da participação e da democratização das decisões políticas, ou seja, a capacidade de envolver as pessoas no processo de tomada de decisões e tornar esse poder mais acessível a todos (Streck *et al.*, 2014).

Cumprе destacar as observações de um dos coordenadores estaduais do movimento:

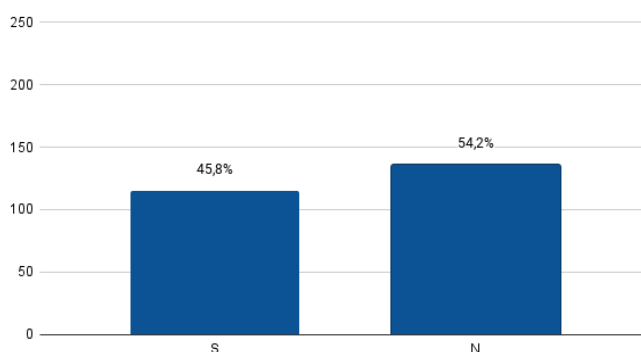
A importância da educação popular dentro de nossas ocupações reside em não apenas educar indivíduos, mas também cultivar militantes. Isso é alcançado por meio de uma abordagem educacional com orientação socialista, focada no bem-estar coletivo e associada a uma visão da educação que se integra aos processos de produção. Acreditamos que a relação inseparável entre política e educação dentro do contexto do movimento social promove uma formação abrangente que vai além da mera transmissão de conhecimento, construindo assim os alicerces da militância. (Entrevista realizada com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 15/09/2023, em Recife).

Nesse contexto, esses processos educativos buscam atender às necessidades desses trabalhadores, tais como a busca pela justiça social, a promoção da democracia e a defesa dos valores inerentes à dignidade humana. Vale salientar que as ocupações do movimento não atuam sozinhas, ou de maneira isolada. Eles estabelecem uma grande rede de cooperação entre as próprias ocupações, o movimento, e outros coletivos que partilham dos mesmos objetivos.

Durante o período de coleta de dados junto às ocupações observou-se um número significativo de pessoas fazendo uso do cultivo agrícola dentro do recorte urbano onde estão inseridas as ocupações. Conforme o destacado na (Figura 47), 45,8% dos entrevistados realizam cultivo agrícola coletivo. Nesses espaços o cultivo agrícola ocorre por meio das hortas comunitárias, situadas em áreas previamente não aproveitadas, tanto dentro quanto fora dos territórios ocupados pelo movimento, que se transformam em locais onde a produção de alimentos ocorre com total consideração pelas pessoas que irão consumi-los.

A concepção das hortas comunitárias surgiu da necessidade evidente de abordar a questão da fome e promover discussões sobre segurança alimentar com a população das áreas periféricas e vulneráveis, que geralmente é direcionada, devido à escassez de recursos financeiros e falta de informação, para o consumo excessivo de produtos enlatados e altamente processados. No entanto, vale destacar, que as hortas não se limitam a isso, elas também proporcionam um espaço para a reflexão sobre os impactos negativos do agronegócio que vão desde alimentos contaminados até a destruição e desmatamento de florestas.

Figura 47: Cultivo agrícola



Fonte: Elaborado pela autora

Dessa forma, as redes educacionais estabelecidas pelo movimento são de extrema importância, tendo em vista, que a ausência de políticas públicas efetivas voltadas para a educação desses trabalhadores representa uma situação que pode perpetuar a vulnerabilidade em que eles se encontram por várias gerações. A falta de conhecimento impede que esses indivíduos tenham autonomia na tomada de decisões e muitas vezes os leva a desistir dos estudos e aceitar empregos em qualquer lugar, simplesmente para garantir sua subsistência. Dessa forma, é fundamental que os responsáveis pela tomada de decisões demonstrem coerência em suas ações e deem prioridade à melhorias na educação das comunidades como as visitadas Município do Recife. Isso implica em garantir a segurança habitacional dessa população, para que estejam em conformidade com o previsto na Constituição Federal Brasileira.

6.6.3 Papel do estado em relação à moradia

As ocupações urbanas, conforme delineado por Maricato (2003), operam dentro de um contexto caracterizado pela ilegalidade no planejamento urbano, coexistindo diretamente com a ausência de procedimentos legais na resolução de conflitos, resultando em uma situação em que não há aplicação de leis, julgamentos formais ou presença do Estado. Nesse cenário, as barreiras para acessar serviços de infraestrutura urbana, juntamente com a escassez de oportunidades de emprego, maior exposição à violência, dificuldades no acesso à justiça convencional e a discriminação racial, não apenas conduzem à exclusão social, mas englobam uma exclusão abrangente, abarcando aspectos sociais, econômicos, ambientais, jurídicos e culturais (Maricato, 2003).

Para muitos militantes, a vitória se baseia na posse do terreno ocupado ou na concessão por parte do Estado de conjuntos habitacionais, assim, frequentemente ocorre a promoção de uma narrativa implícita de gratidão e conformidade, uma vez que esses trabalhadores sem teto muitas vezes carecem de informações sobre seus direitos, levando o Estado a ser percebido mais como um agente de generosidade, não como um cumpridor de suas obrigações perante a população.

Assim, devido à negligência do Estado em cumprir sua função social e implementar políticas eficazes, os trabalhadores sem teto que atuam nas ocupações MTST no Recife, enfrentam uma sobrecarga significativa mediante a sua insegurança habitacional. Eles têm dificuldade em romper com a situação em que estão inseridos, uma vez que nasceram em um ambiente de exclusão social fortemente influenciado pelo modelo capitalista, que perpetua a concentração de riqueza. As ocupações operam dentro desse contexto capitalista, onde o trabalho, a educação, a saúde e a habitação é visto como uma maneira de produzir mercadorias e criar valor de uso. Essa lógica mercadológica, frequentemente é invisibilizada pelo Estado, fato que resulta no beneficiamento a pequena parcela da população que é detentora do capital, enquanto parte significativa dos trabalhadores vivem do árduo trabalho e da pobreza, perpetuando um ciclo constante de vulnerabilidade.

Para manter a ordem, a justiça e a igualdade social, é essencial que o Estado estabeleça leis civis e criminais baseadas em princípios éticos que protejam os direitos e responsabilidades de todos os cidadãos. A Constituição de 1988, frequentemente referida como a "Constituição Cidadã", promulgada em 5 de outubro de 1988, é considerada por muitos especialistas como a constituição mais abrangente entre as anteriores, visando garantir os direitos dos cidadãos brasileiros.

A Constituição de 1988 se destaca em diversos aspectos relacionados à promoção da cidadania e, no que diz respeito a moradia e ao trabalho, incorpora avanços significativos, incluindo:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021). Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; III - fundo de garantia do tempo de serviço; V - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; (vide Decreto-Lei no 5.452, de 1943); XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos [...] (BRASIL, 1988, p. 18).

Observa-se que a Constituição de 1988 introduziu direitos habitacionais e trabalhistas fundamentais, no entanto, ao longo dos anos, na prática, esses direitos têm sido menosprezados, especialmente no que diz respeito aos trabalhadores que vivem nas ocupações do MTST no Recife (PE). A ausência de políticas públicas efetivas, aliada à extrema pobreza enfrentada por esses trabalhadores e a ausência de representação política adequada contribui para que esses trabalhadores habitem em situações precárias e se envolvam em atividades que não estejam em conformidade com as leis trabalhistas.

Tal situação vem a corroborar com os dados apresentados em 2019 pela Fundação João Pinheiro, o Brasil apresenta uma carência de 5,876 milhões de residências, a estimativa é que nos últimos quatro anos, essa escassez aumente em 3,88%. Essas estatísticas abrangem domicílios precários, situações de coabitação e habitações com aluguel elevado. Dessa forma, os movimentos sociais urbanos têm um importante papel na articulação da população para

cobrar do poder público o cumprimento da legislação, tendo em vista que frequentemente esse importante documento nacional está sendo direcionado para atender aos interesses de setores específicos da sociedade gerando corrupção e patrimonialismo.

7 CONCLUSÕES

As ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Município do Recife, Estado de Pernambuco, são unidades de resistência e fortalecimento social na luta pela dignidade, justiça e igualdade. Sua atuação no espaço urbano evidencia as vulnerabilidades dos trabalhadores e trabalhadoras que são diretamente atingidos pela omissão governamental, desigualdade e condições precárias de habitação.

Constatou-se que as condições de habitação nessas unidades são precárias. A maioria dos barracos possui uma área total de 4m² e está em péssimo estado de conservação, funcionando em desacordo com as normas ambientais e sanitárias. Vale salientar que os residentes desses espaços não têm outra opção de moradia. A baixa remuneração, baixa escolaridade e uma longa jornada informal de trabalho são situações que expõem a vulnerabilidade desses indivíduos. Como exemplo disso, foram constatados cortes, picadas de insetos, doenças relacionadas à urina de roedores, doenças pulmonares, convívio com altas temperaturas, fumaças, poeiras e resíduos sólidos.

Constatou-se que o racismo ambiental urbano se manifesta quando comunidades racialmente marginalizadas são desproporcionalmente afetadas por problemas ambientais negativos, como a poluição do ar, a contaminação da água, a falta de acesso a espaços verdes e a falta de acesso a moradias dignas. A identificação do racismo ambiental urbano teve como base a análise cuidadosa das condições de vida e das políticas locais, bem como a consideração das disparidades raciais e socioeconômicas. Dessa forma, por meio de consultas às comunidades afetadas e análise de informações demográficas sobre a população local, incluindo raça, etnia e status socioeconômico, identificou-se o racismo ambiental urbano sofrido por moradores das três ocupações do movimento estudado. Os principais impactos desse tipo de racismo são percebidos na vivência nos barracos, onde residem as famílias sem teto, majoritariamente pretos e pardos com baixa escolaridade. Verificaram-se as disparidades ambientais que afetam diretamente a saúde, qualidade de vida e oportunidades econômicas dessa população.

A vulnerabilidade social dos membros engajados nas ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto na cidade do Recife é notavelmente alta. Esse resultado reflete as condições extremamente precárias em que essas pessoas vivem, algo que está intrinsecamente ligado ao modelo predominante na sociedade brasileira e global, ou seja, o sistema capitalista. Infelizmente, devido à falta de acesso ao direito à moradia, esses trabalhadores enfrentam uma realidade de pobreza, com níveis educacionais baixos e perspectivas de um futuro promissor

escasso. As limitações no acesso à educação formal impedem que esses trabalhadores busquem melhores oportunidades no mercado de trabalho, e, sem autonomia de escolha, encontram-se sujeitos a empregos precários e insalubres.

A vulnerabilidade econômica dos trabalhadores militantes das ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto nas unidades analisadas foi apontada como alta, representando a baixa renda dessas pessoas, que vêm a corroborar precocemente para os adolescentes e crianças ingressarem no trabalho informal para garantir uma renda extra à família.

Como proposta de melhoria para a problemática estudada, é fundamental garantir a efetividade dos direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Para concretizar essa garantia, é necessário organizar de maneira abrangente as políticas públicas de proteção e garantia de direitos, considerando uma abordagem que leve em conta as condições relacionadas a gênero, raça, geração, classe, regionalidade, vida com deficiência e outros marcadores sociais. Além disso, é importante assegurar políticas de assistência e proteção social, com ênfase na segurança alimentar, proporcionando moradia digna com respeito às conformações coletivas de habitação, proteção de encostas, urbanização de favelas e periferias, regularização fundiária para evitar enchentes e deslizamentos, e combater o racismo ambiental. Destaca-se também o papel crucial desempenhado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no fortalecimento da sociedade civil, através da promoção da educação, valorização da igualdade e busca por justiça para todos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. Comunicação ao II ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, FIBGE, Rio de Janeiro, v. 25, 2006.

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALMUDI, Dahra Araujo. **Tons do negro nas moradias urbanas periféricas: reflexos do racismo à brasileira na situação de precariedade habitacional e na negação do direito à cidade no bairro Jd. Lopes de Oliveira, Sorocaba (SP).** 2020.

ARAUJO, Alexandre Eduardo de et al. Construção social dos riscos e degradação ambiental: município de Sousa, um estudo de caso. 2002.

ARAÚJO, Lincoln Eloi de. Climatologia e vulnerabilidade socioeconômica e ambiental da bacia hidrográfica do rio Paraíba - estudo de caso do açude Epitácio Pessoa (Boqueirão). 2010. 120 f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

BARBOSA, Marx Prestes. **Vulnerabilidade de risco a desastre.** Campina Grande: Departamento de Engenharia Agrícola/UFPB, 1997. 87 p.

BOULOS, Guilherme. **De que lado você está?: reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil.** Boitempo Editorial, 2015.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?: uma introdução à luta dos sem-teto.** Editora Autonomia Literária LTDA-ME, 2018.

BULLARD, R. **Ética e racismo ambiental.** Revista Eco 21, Rio de Janeiro, ano XV, n. 98, 2005.

BULLARD, R. **Justiça Ambiental e Cidadania.** Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004.

BRAGA, Rhalf Magalhães. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 11, n. 2, p. 65-72, 2007.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, 2018.

CARVALHO, Helena Isabel Lima. Higiene e segurança no trabalho e suas implicações na gestão dos recursos humanos: o sector da construção civil. 2005. 330 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia - Especialização em Organizações e Desenvolvimento dos Recursos Humanos) - Instituto de Ciência Sociais - Universidade do Minho, Braga, 2005.

CARRIÈRE, Jean-Paul; DINIZ, Fabiano; DE LADE LA MORA, Luis. Economia circular: preservação de recursos naturais e práticas urbanas. Uma análise comparativa (Tours, França

e Recife, Brasil). **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, v. 18, p. 35-49, 2020.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. *Histórica*, v. 2, p. 1-8, 2005.

COLI, Luis Régis. Resolução negociada” e desigualdades territoriais: emergência e adoção de políticas públicas na “prevenção” e mediação de conflitos fundiários urbanos. **Revista Latitude**, v. 9, n. 2, p. 315-342, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 352 p.

DA SILVA RAMOS, Jefferson; NOIA, Angye Cássia. A construção de políticas públicas em habitação e o enfrentamento do déficit habitacional no Brasil: uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida. *Desenvolvimento em Questão*, v. 14, n. 33, p.65-105, 2016.

DA SOCIEDADE CIVIL, VII.**Relatório Luz. agenda 2030 de desenvolvimento sustentável brasil**. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda, v. 2030, 2023.Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2023/10/rl_2023_webcompleto-v9.pdf.Data de acesso: 03 jan. 2023.

DE MENESES SILVA, Igor; DAS NEVES, Jennyfer Annemberg Burlamaqui; DAS NEVES, Jully Gardemberg Burlamaqui. O movimento dos trabalhadores sem teto e a luta pelo direito à cidade em Recife. *Vozes, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI*, v. 11, n. 2, p. 53-75, 2020.

DOCPLAYER. **Cartilha do militante:** movimento dos trabalhadores sem-teto. São Paulo, s/d Disponível em:<http://www.mtst.info/files/mtst/CartilhadomilitanteMTST.pdf>. Data de acesso: 20 jan. 2023.

DO RECIFE, PCR-Prefeitura de Cidade. Atlas ambiental da cidade do Recife, Secretaria de Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente. 2000.

DOS SANTOS, Otávio Augusto Alves. GT4-856 DES-ORDEM URBANA E MOVIMENTOS SOCIAIS: O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO (MTST) E SUAS TÁTICAS EM RECIFE/PE. **Anais ENANPUR**, v. 14, n. 1, 2011.

DOS SANTOS, Otávio Augusto Alves. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de Pernambuco e suas Práticas Espaciais. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 3, n. 1, p. 8-30, 2014.

FERREIRA, FLAVIANO FERNANDES. Climatologia da precipitação na cidade do Recife. In: Congresso Técnico Científico da. 2016.

FISCHER, Brodwyn Michelle. A ética do silêncio racial no contexto urbano: políticas públicas e desigualdade social no Recife, 1900-1940. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 28, 2020.

FRANZONI, Julia Ávila; HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro. Da urbanização periférica ao direito à metrópole: a lei 13.089/2015 no reescalonamento da política urbana. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico**| RBDU, p. 103-131, 2015.

GARCEZ, Mariana Bastos. **Arte e Cultura Popular em projetos educacionais para Movimentos Sociais**: as experiências do MST e do MTST. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/214172>. Acesso em 12 mar. 2023.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais e lutas pela moradia. Edições Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. Caderno CRH, v. 21, p. 439-455, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista brasileira de Educação, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

Gohn, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. Boletim campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

GOULART, Débora Cristina. O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto-MTST. 2011.

GONSALVES, E. P. Iniciação à pesquisa científica. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <http://earth.google.com>. Acesso em: 09 fev. 2023.

HAESBAERT, R. O.; DA DESTERRITORIALIZAÇÃO, Mito. do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 2, 2004.

HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente, v. 3, n. 1, p. 01-20, 2008.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia. Racismo ambiental, o que é isso. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social?. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.

JUNIOR, R. F.; SANTOS, M. J. A Urbanização das Cidades. Acesso em, v. 29, 2014.

LEFEBVRE, H. O direito a cidade. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LIMA, Marcos Vinícius De Mendonça Galvão. o direito à terra e moradia-avanços ou retrocessos? análise da função social da propriedade na solução dos conflitos fundiários urbanos no Recife. Portal de Trabalhos Acadêmicos, v. 2, n. 2, 2015.

MARANDOLA JR., Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 22, n.1,2005.29-53 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2003.311 p.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. **CaderNAU**, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.

MARICATO, Ermínia. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**. In: Leonardo Basci Castriota (Org.). Urbanização Brasileira – Redescobertas. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2003, p. 78-96. Disponível em: <https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/09/urbanizacao-brasileira.pdf>. Acesso em 30 jan. 2023.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Tradução . Petrópolis: Vozes, 2000. . . Acesso em: 08 set. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto comunista. [S.l.]: Ed. Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Mercator** (Fortaleza), v. 16, 2017.

NOZOE, Nelson et al. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia. **Revista Economia**, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006.

OBSERVATÓRIO, DAS METRÓPOLES. COMO ANDA A REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE. Observatório das Metrópoles/FASE. Recife, 2006.

OLIVEIRA, F. A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos. In: Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, 1. Brasília: CNAS, out. 1995.

OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. Movimentos sociais urbanos: um breve histórico. Cadernos de Campo: **Revista de Ciências Sociais**, n. 6, 1999.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Editora Fiocruz, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

PROGRAMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. Choques climáticos: risco e vulnerabilidade num mundo desigual. 2007/2008. Disponível em: <http://www.ccst.inpe.br/wp-content/themes/ccst-2.0/pdf/Cap2.pdf>. Acesso em: 13 jul.2022.

Recife (PE). Prefeitura. 2014. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br>. Acesso em: jan. 2014.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. Campinas: IE/UNICAMP, n.188, 2011. 26 p.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 2, p. 31-31, 2009.

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA, Renato. REGULAÇÃO URBANÍSTICA NO BRASIL CONQUISTAS E DESAFIOS DE UM MODELO EM CONSTRUÇÃO. In: Anais do Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social, PUCCAMP, 2000.

SOUZA, Werônica Meira de. Impactos socioeconômicos e ambientais dos desastres associados às chuvas na cidade do Recife-PE. 2011. 121 f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) - Pós - Graduação em Recursos Naturais - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

SANTOS, Itamara Araujo; SANTANA, Josefa Sandra Menezes de. Uma análise do déficit habitacional no Brasil e do Programa Minha Casa Minha Vida nesse contexto. 2017.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 260 p.

SANTOS, Paulo H. A. e GOULART, Débora C. Formação no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto: uma análise de seu projeto político. In: Lutas Sociais. v.20, n.37, dez. 2016.

SILVA e S. M. O. da. Política habitacional brasileira: verso e reverso. São Paulo. Cortez 1989.

SANTOS, Otávio Augusto Alves dos. Em busca de territórios autônomos: as práticas espaciais do movimento dos trabalhadores sem-teto na região metropolitana do Recife. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. Sobre lonas e lutas: análise da espacialização da luta pela terra do campo à cidade a partir das ações do MST e MTST nas regiões de Campinas e Grande São Paulo (1997-2016). 2018.

SILVA, Vinícius Luís de Oliveira. A questão habitacional: a luta do MTST e dos trabalhadores sem teto. 2019.

SABOYA, Luciano Marcelo Falle Et Al. Métodos Das Classificações Climáticas De Thorntwaite E Köppen Para Recife-Pe, Brasil. **Recima21-Revista Científica Multidisciplinar**-ISSN 2675-6218, v. 2, n. 8, p. e28575-e28575, 2021.

SOF Sempre Viva Organização Feminista. **Agricultura na Sociedade de Mercado: As Mulheres Dizem Não à Tirania do Livre Comércio**. Ed. SOF. São Paulo. 2006

STRECK, Danilo R. et al. **Educação popular e docência**. São Paulo: Cortez, 2014.

TONIN, Vitor Hugo; PERES, Lino F. Bragança. ST 7 O Déficit Habitacional Nos Países Dependentes: Análise A Partir Da Categoria De Superexploração Da Força De Trabalho. **Anais ENANPUR**, v. 16, n. 1, 2015.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. Cortez editora, 2022.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Protesto e democracia: ocupações urbanas e luta pelo direito à cidade. Paco Editorial, 2018.

WASHBURNS, Alexandros. É errado existir tão poucos urbanistas decidindo por tantas pessoas. Entrevista concedida a Marcelo Lins. Programa Milênio, GloboNews. Novembro, 2014.

_____. **Recife: serviços para o cidadão**. 2011. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/perfil-dos-bairros>. Acesso em: 30 jul.2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº. 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº. 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº. 1 a 6/1994. 35 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p. (Série textos básicos, 67). Disponível em: file:///C:/Users/hp/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf . Acesso em: 27 dez. 2015.

APÊNDICE A - Entrevista semiestruturada aplicada aos ocupantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Recife.

Nome do Entrevistado (a) _____

Nome da Ocupação: _____

Data da pesquisa: ____/____/____

Coordenada Geográfica da ocupação: _____

Fator: Vulnerabilidade Social

a) Variável Demográfica

1.1. Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino

1.2. Cor da pele: ☐ Branca ☐ Preta ☐ Parda

1.3. Faixa etária: ☐ 15 a 20 anos ☐ 20 a 30 anos ☐ 30 a 40 anos ☐ 40 a 50 anos ☐ > 50 anos

1.4. Estado Civil:

☐ Casado ☐ Solteiro ☐ Viúvo ☐ Divorciado ☐ Separado

1.5. Possui filhos? ☐ Sim ☐ Não

Se tem, quantos filhos? ☐ 1-2 ☐ 2-4 ☐ 4-6 ☐ >6

1.6. Seus filhos frequentam a escola? ☐ Sim ☐ Não

1.7. Grau de Escolaridade: ☐ Analfabeto ☐ até a 4ª série ☐ até a 8ª série

☐ Ensino médio incompleto ☐ Ensino médio completo ☐ Superior incompleto

☐ Superior completo ☐ Outros Especifique: _____

b) Variável Habitação

2.1. Residência: ☐ própria ☐ Alugada ☐ Ocupada ☐ Favor ☐ Financiada

2.2. Número de cômodos: ☐ 1-2 ☐ 2-3 ☐ 3-4 ☐ 4-5 ☐ > 6

2.3. Tipo de habitação: ☐ taipa em mau estado ☐ bom estado ☐ alvenaria em mau estado ☐ Tábua

2.4. Deseja mudar de residência? ☐ Sim ☐ Não

2.5. Teve residência anterior? ☐ Sim ☐ Não

Motivo da mudança: _____

2.6. Fogão: ☐ Lenha ☐ Lenha/gás ☐ Gás ☐ Elétrico ☐ Outros

2.7. Água consumida: ☐ Potável ☐ Não potável

2.8. Captação da água da chuva (telhado): ☐ Sim ☐ Não

2.9. Fonte de água: ☐ Não possui ☐ Cacimba ☐ Cisterna ☐ Poço tubular ☐ Clandestina

2.10. Tipo de piso: ☐ Chão batido ☐ Tábua ☐ Cimento ☐ Cerâmica

2.11. Tipo de teto: ☐ Palha ☐ Tábua ☐ Telha ☐ Laje (ferrada) ☐ Gesso

(forrada)

2.12. Energia: ☐ Não possui ☐ Elétrica ☐ Energia Renovável

2.13. Eliminação do lixo: ☐ Coleta ☐ Enterra ☐ queima ☐ Eliminação livre

2.14. Esgotos: ☐ Rede de esgoto ☐ Fossa ☐ Eliminação livre

2.15. Eletrodomésticos: ☐ Geladeira ☐ Televisor ☐ DVD ☐ Rádio ☐

Antena parabólica ☐ Computador ☐ Máquina de lavar ☐ Fogão

2.16. Telefone móvel: ☐ Tem ☐ Não tem

2.17. Telefone Fixo: ☐ Tem ☐ Não tem

Fator: Vulnerabilidade Ambiental

a) Variável Ocupação MTST

3.1. Desde quando você vive nesta ocupação?

☐ < 2 anos ☐ De 2 a 5 anos ☐ De 5 a 10 anos ☐ > 10 anos

3.2. Em qual setor você atua na ocupação ?

☐ Cozinha ☐ Construção ☐ Manutenção ☐ Segurança ☐ Recreação

☐ Creche ☐ outros: _____

3.3. Possui algum grau de parentesco com outro trabalhador do MTST? ☐ Sim ☐ Não

3.4. Qual tipo de trabalho você possui: ☐ Formal ☐ Informal ☐ Não possui trabalho

3.5 Quantas horas trabalha por dia? ☐ < 4 horas diárias ☐ Entre 4 e 8 horas diárias

☐ Entre 8 e 10 horas diárias ☐ Entre 10 e 12 horas diárias ☐ > 12 horas diárias

☐ Horário Flexível ☐ Horário Rígido ☐ Horário em regime de escala

3.6. Sobre a vivência nas ocupações defina;

☐ Tem orgulho e sente discriminação ☐ Tem orgulho e não sente discriminação ☐ Não tem orgulho e nem sente discriminação ☐ Não tem orgulho e sente discriminação

3.7. No ambiente das ocupações você sente-se mais exposto a qual destes fatores;

☐ Iluminação ☐ Ruído ☐ Vibrações ☐ Condições atmosféricas ☐ Resíduos sólidos

☐ Outros: _____

3.8. O motivo de estar vivendo neste local atualmente ?

☐ Falta de oportunidades ☐ Tradição da família ☐ Sonho de infância

3.9. Como considera a higiene.

☐ Excelente ☐ Muito boa ☐ Boa ☐ Ruim ☐ Péssima

3.10. Como considera a segurança.

☐ Excelente ☐ Muito boa ☐ Boa ☐ Ruim ☐ Péssima

3.11. Como considera a iluminação.

☐ Excelente ☐ Muito boa ☐ Boa ☐ Ruim ☐ Péssima

3.12. Como considera as condições atmosféricas nas ocupações.

☐ Excelente ☐ Muito boa ☐ Boa ☐ Ruim ☐ Péssima

3.13. Em Relação aos Serviços de transporte coletivo

☐ Excelente ☐ Muito boa ☐ Boa ☐ Ruim ☐ Péssima

Fator: Vulnerabilidade Econômica

a) Variável Perfil Econômico

4.1. Registro legal do trabalhador ☐ Carteira assinada ☐ Temporário ☐ Trabalho informal ☐

Não possui nenhum tipo de trabalho

4.2. Ganha por produção: ☐ Sim ☐ Não

4.3. Exerce outra atividade: ☐ Sim ☐ Não Qual: _____

4.4. Renda familiar total (salário mensal): ☐ < 1 ☐ 1-2 ☐ 2-3 ☐ 3-4 ☐ >5

4.5 Recebe auxílio do governo? ☐ Sim ☐ Não Se Sim: Qual: _____

4.6. Realiza cultivo agrícola: ☐ Sim ☐ Não Qual: _____

4.7. Pensa em abrir seu próprio negócio: ☐ Sim ☐ Não Qual: _____

b) Variável Políticas Públicas

4.8. Qual a sua percepção em relação ao?

Trabalho: ☐ Satisfeito ☐ Insatisfeito ☐ Não sei responder

Saúde: ☐ Satisfeito ☐ Insatisfeito ☐ Não sei responder

Escola: ☐ Satisfeito ☐ Insatisfeito ☐ Não sei responder

Urbanização: ☐ Satisfeito ☐ Insatisfeito ☐ Não sei responder

Política: ☐ Satisfeito ☐ Insatisfeito ☐ Não sei responder

APÊNDICE B -Tabulação de dados e valores máximos, mínimos e valor significativo encontrado

Fator Vulnerabilidade Social										
a) Variável demografia										
Item	Opção	x	Opção	x	Opção	x	Opção	x	Opção	x
1.1*	F	2	M	1						
1.2*	Pretos	3	Pardos	2	Brancos	1				
1.3*	15 -20	5	20-30	4	30-40	3	40-50	2	>50	1
1.4*	Solteiro	4	Viúvo	3	Divorciado	2	Casado	1		
1.5*	Sim	2	Não	1						
1.6*	Sim	2	Não	1						
1.7*	Analfabeto	5	Fund1	4	Fund 2	3	Ens. Médio	2	Ens. Superior	1
b) Variável habitação										
2.1*	Ocup	5	Favor	4	Aluguel	3	Finan	2	Própria	1
2.2*	1-2	5	2-3	4	3-4	3	4-5	2	>6	1
2.3*	Tábua	3	Taipa	2	Alve	1				
2.4*	S	2	N	1						
2.5*	N	2	S	1						
2.6*	Len	5	Len/Gás	4	Gás	3	Eletri	2	NP	1
2.7*	Npot	2	Pot	1						
2.8*	Sim	2	Não	1						
2.9*	NP	5	Cland	4	Cist	3	Poço	2	Cacin	1
2.10*	Chão Bat	4	Tábua	3	Cimento	2	Cerâmica	1		
2.11*	Palha	5	Tábua	4	Telha	3	Laje	2	Outros	1
2.12*	Não tem	3	Elétrica Clandestina	2	Renovável	1				

2.13*	El.Livre	4	Queima	3	Enterra	2	Coleta	1		
2.14*	El.Livre	3	Fossa	2	Rede	1				
2.15*	Geladeira	4	Televisor	3	DVD	2	Rádio	1		
2.16*	Não tem	2	Tem	1						
2.17*	Não tem	2	Tem	1						
Fator Vulnerabilidade Econômica										
a)Variável Perfil Econômico										
4.1*	NP	4	Informal	3	Temporário	2	Carteira Assinada	1		
4.2*	S	2	N	1						
4.3*	N	2	S	1						
4.4*	<1	5	1-2	4	2-3	3	3-4	2	>5	1
4.5*	N	2	S	1						
4.6*	N	2	S	1						
4.7*	N	2	S	1						
b)Variável Políticas públicas										
4.8*	Insatisfeito	3	Satisfeito	2	NS	1				
4.9*	Insatisfeito	3	Satisfeito	2	NS	1				
4.10*	Insatisfeito	3	Satisfeito	2	NS	1				
4.11*	Insatisfeito	3	Satisfeito	2	NS	1				
4.12*	Insatisfeito	3	Satisfeito	2	NS	1				

*Modificado pela autora da pesquisa